



LUCIVÂNIA SALETE RIGO

**A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DAS AGENTES PENITENCIÁRIAS NO
“MADRE PELLETIER”**

PORTO ALEGRE
2º SEMESTRE
2012

LUCIVÂNIA SALETE RIGO

**A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DAS AGENTES PENITENCIÁRIAS NO
“MADRE PELLETIER”**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia, realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Aline Lemos da Cunha.

PORTO ALEGRE

2º semestre

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de modo imensamente especial, aos meus filhos Lucas e Luana, meus inseparáveis parceiros de viagem vida a fora, que desbravaram comigo mares e desertos desconhecidos. Estes dois heróis, foram meu porto seguro na hora da instabilidade, minhas mãos e pernas na hora do cansaço, meu incentivo e meu alívio nos momentos de tensão. Fomos, os três juntos, nos constituindo ensinantes e aprendentes nesta jornada.

Agradeço aos que se tornaram ausentes durante a caminhada, por razões diversas, me possibilitando a descoberta de minha própria força para seguir adiante e de que o amadurecimento, às vezes, é um caminho solitário, mas nem por isso doloroso.

Agradeço aos demais familiares, que de longe ou de perto me apoiaram, acreditaram e me incentivaram a continuar estudando.

Agradeço à Direção e às colegas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, bravas mulheres de lutas tantas, que apesar dos estereótipos que as rotulam, resistem e avançam, derrubando barreiras e construindo pontes entre a realidade e o idealizado, se afirmando enquanto mulheres, trabalhadoras, que educam e se educam no contexto da prisão. Colegas queridas, com quem compartilho não só o trabalho, mas a vida, os sonhos, os ideais.

Meus agradecimentos também à professora Aline Lemos da Cunha, que generosamente me acompanhou neste trabalho, acreditando no meu empenho, apontando-me caminhos possíveis, fornecendo-me subsídios para alicerçar e enriquecer este estudo.

Resumo

O presente estudo tem como foco, abordar a dimensão educativa do trabalho das Agentes Penitenciárias na Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre RS. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. Realizou-se observação participante e entrevistas semiestruturadas com cinco agentes penitenciárias. Buscou-se compreender se, e como, as agentes percebem a dimensão educativa do seu trabalho. Os conceitos centrais que sustentam a análise, situam-se no campo da Educação, com ênfase em processos educativos não-escolares (em especial Freire e Makarenko), em estudos feministas (Lagarde e Espinoza) e nas políticas públicas nacionais para a Segurança Pública (Soares). As análises das entrevistas indicam que as agentes apresentam características de um modelo transgressor de mulher. Suas concepções acerca do trabalho e da educação, as possibilidades e as limitações para realizar ações educativas intencionais, estão marcadas por suas experiências de vida e de formação e pelo estereótipo da profissão. Percebe-se, também, que “o educativo”, do trabalho realizado pelas agentes desta penitenciária está fortemente associado às relações de gênero e à estrutura física peculiar da mesma.

Palavras-chave: Educação. Prisão. Agentes Penitenciárias. Mulheres.

Sumário

INTRODUÇÃO	5
1. EDUC(AÇÃO): PENSANDO SOBRE O CONCEITO	8
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS	10
3. AJUSTANDO O FOCO DA SEGURANÇA PÚBLICA: percebendo as <i>grades</i> do sistema prisional no discurso do educar para (re)socializar	14
3.1 Prisão: que lugar é esse?	16
3.2 A Penitenciária Feminina Madre Pelletier: a cadeia das relações educativas ou as relações educativas da cadeia	21
3.2.1 Estrutura física e organizacional: Intencionalidades pedagógicas.....	22
3.2.2 O Trabalho prisional e as atividades de suporte social	26
4. AGENTES PENITENCIÁRIOS: HISTÓRIA E ESTEREÓTIPOS.....	29
4.1 Pensando sobre trabalho e a profissão dos Agentes Penitenciários	32
4.2. O trabalho prescrito do Agente Penitenciário	34
4.3 O dia-a-dia das agentes na PFMP: O trabalho real e o educativo da prisão.....	35
5. MULHERES QUE EDUCAM E SE EDUCAM NO CONTEXTO DA PRISÃO	39
5.1 Trajetórias de vida e formação	40
5.2 O diferencial do trabalho na Penitenciária Feminina Madre Pelletier: como se aprende e como se ensina neste lugar.....	44
5.3 A percepção das agentes sobre o educativo de seu trabalho.....	46
POSSIBILIDADES EDUCATIVAS NO CONTEXTO DA PRISÃO: considerações finais.....	56
ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

A sociedade, com as suas várias manifestações culturais e suas instituições, *educa* os indivíduos de um ou outro modo, através das influências que exerce sobre eles, seja numa perspectiva que contribui para a sua emancipação ou em processos que ratificam a opressão do sujeito. No presídio, uma instituição de alto condicionamento dos sujeitos, com a finalidade de disciplinar e *docilizar* (FOUCAULT, 2008) o corpo e a conduta das pessoas presas, o Sistema de Segurança Pública se utiliza do trabalho dos agentes penitenciários para *ensinar* esta população um modo de *ser* e *estar* na sociedade, agora restrita ao convívio da prisão.

O presente estudo propõe-se a refletir sobre a dimensão educativa do fazer cotidiano da Agente Penitenciária. Assim, refletiremos sobre as trajetórias de vida no processo de construção de um “saber fazer”, que envolve aquele que desempenha o papel de Agente de Segurança e a pessoa encarcerada. Propomos um “caminhar para si”, com o objetivo de refletir sobre essas vivências, transformando-as em experiências (JOSSO, 2004).

Esta profissão, historicamente vinculada somente ao vigiar, guardar, escoltar e impor disciplina nos presídios, reveste-se de um discurso que não condiz com a realidade na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, onde as agentes penitenciárias atuam, muitas vezes, no papel de educadoras, cuidadoras, conselheiras, intermediando conflitos das mais diversas ordens e complexidades. Propomo-nos a adentrar nos muros da prisão e, conforme o termo utilizado por Paulo Freire, “admirar” estas trabalhadoras da segurança, confrontando a realidade vivida no “Madre Pelletier” com a visão reiterada pela mídia e apropriada pelo senso comum, problematizando o estereótipo da agente penitenciária e analisando como e o que, a sua prática pode ensinar às detentas.

Este estudo se encontra no campo da Educação, mais precisamente no estudo de processos educativos em espaços não-escolares, reconhecendo que aprendemos e nos educamos em muitos espaços e de muitas formas (BRANDÃO, 1985; FREIRE, 2007; MAKARENKO, 1986; DAYRELL, 2007; PINTO, 1982). Propusemos uma reflexão sobre a prisão como espaço educativo onde se buscou

saber se as APs (agentes penitenciárias)¹, lotadas na PFMP (Penitenciária Feminina Madre Pelletier) consideram/reconhecem a dimensão educativa de seu trabalho.

De acordo com Juarez Dayrell (2007), a arquitetura de um lugar, bem como a maneira de ocupação dos espaços, carrega em si uma intencionalidade. É possível pensar que a estrutura física da PFMP seja um condicionante no modo peculiar de trabalhar neste lugar. Portanto, procuramos indícios na história da penitenciária para compreendermos como esta edificação dialoga com o fazer das agentes, na sua relação com as apenadas.

Neste sentido, tendo em vista o caráter diferenciado deste lugar e a possível influência desta estrutura na relação entre agentes e apenadas, a qual possibilita intervenções diversas, desejamos saber: **as agentes penitenciárias reconhecem a dimensão educativa do seu trabalho?**

Este estudo se justifica pelas escassas produções com este foco e porque convivendo e trabalhando neste ambiente há mais de 9 (nove) anos, pude perceber que nosso trabalho pode ser de fundamental importância para a consolidação das políticas públicas de segurança atuais, embasadas no discurso da educação e ressocialização da população encarcerada. Além do que, o fato de cursar Pedagogia e ser agente penitenciária, me levou a repensar posturas profissionais. Neste sentido, pensar sobre tal foco, significa olhar para o que está enraizado em minha própria vida, de modo mais atento. Marques (2006 p.94) refere que “da experiência antecedente, dos anteriores saberes vistos como insuficientes e limitantes, nasce o desejo de conhecer mais e melhor a partir de um foco concentrado de atenções”.

Início este estudo, refletindo sobre o conceito de educação a partir do pensamento de Makarenko (1986), Pinto (1982), Freire (1970; 1981; 2007), Brandão (1995) e Dayrell (2007). No capítulo posterior, apresento a metodologia da pesquisa, de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso que buscou, através de entrevista semiestruturada, ampliar a compreensão sobre a dimensão educativa no trabalho das agentes penitenciárias. A proposta de entrevista foi organizada em 4(quatro) blocos com temas que se articulam, a fim de buscar possíveis respostas para a questão central deste estudo.

No quarto capítulo, refletimos sobre o contexto da segurança pública com o suporte teórico de Luiz Eduardo Soares (2003; 2012) e das políticas públicas

¹ Por ter sido este estudo realizado com as mulheres agentes, usarei o termo no feminino quando estiver me referindo as profissionais do Madre Pelletier.

voltadas ao sistema penitenciário sob o discurso vigente: a ressocialização, reeducação e reintegração social das pessoas privadas de liberdade. Posteriormente, procurei entender a instituição prisional, um pouco da sua história e a emergência do sistema penitenciário, bem como refletir sobre as vinculações desta temática com a violência urbana. Para aprofundamento teórico trazemos Foucault (2008), Goffman (1992), Moraes (2005) e Soares (2003).

Seguindo, trazemos um pouco da história da penitenciária estudada, conforme os estudos de Wolff (2007) e como sua estrutura física e organizacional dialoga com o fazer das agentes. Permeando todas as discussões, voltamos o olhar para a questão de gênero, com o suporte dos estudos feministas (BARCINSKI, 2009; ESPINOZA, 2002; LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005;) buscando entender as peculiaridades femininas e sua relação com o trabalho, a violência e a criminalidade.

O quinto capítulo, aborda a profissão dos agentes penitenciários, a história e as representações a cerca desta profissão (MORAES, 2005; NERY, 2012). Essa discussão foi permeada pelo conceito de *trabalho* enquanto função social e educativa (HASSEN, 1999; SAVIANI, 2007). Os estudos feministas e as contribuições de Makarenko me auxiliaram no entendimento da complexidade que envolve as relações educativas cotidianas entre essas mulheres (agentes e presas).

Para analisar as entrevistas, buscando compreender como as histórias de vida, a formação, as questões de gênero e a estrutura da PFMP influenciam na dimensão educativa do trabalho das agentes, no sexto capítulo, refletirei com Josso (2004; 2006). Os demais referenciais já citados do campo da educação seguirão dialogando com os estudos feministas e e as políticas públicas nacionais para a segurança pública. E concluindo, há uma tentativa de pensar alternativas que possam valorizar a dimensão educativa no trabalho das agentes da Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

1. EDUC(AÇÃO): PENSANDO SOBRE O CONCEITO

Para Carlos Rodrigues Brandão (1995), a educação é algo inerente aos homens e às mulheres, que os acompanha e se mistura com a própria vida. É através da educação que as concepções de um povo se mantêm, se modificam, se alteram, influenciando comportamentos, agregando ou excluindo valores, gerando continuamente o saber humano.

Álvaro Vieira Pinto (1982), considera a educação em seu sentido restrito (pedagogia convencional – educação infantil e juvenil) e em seu sentido amplo e, segundo ele, autêntico: aquela que “diz respeito à existência humana em toda a sua duração e em todos os seus aspectos” (p.29). Para o autor, a educação é formação, é um processo, é um fato histórico individual e coletivo em contínua evolução pelo qual “a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (p.29), conduzindo e ensinando um jeito de ser e de se integrar na sociedade, buscando fins coletivos.

Paulo Freire (1981) com sua coerência, paixão e inquietude, sua crítica construtiva, sua insistência em “pensar certo” e olhar as coisas com esperança e acreditar nas possibilidades de mudança através de nossa ação, nos faz perceber o quanto podemos transformar nosso meio. A educação, segundo Freire (1981), deve possibilitar ao homem a percepção de que é sujeito de um processo histórico e de que o uso da palavra seja na escrita, seja na fala ou nas posturas, expressa formas de ser e estar no mundo e não mera repetição de discursos sociais legitimados por quem domina.

Para Anton S. Makarenko (1986), a educação é um processo social amplo, onde no interior de cada ambiente o sujeito entra numa infinidade de relações complexas, em que cada um, nessa interação, vai se desenvolvendo continuamente. Essas relações criam “complicações” que vão sendo resolvidas e provocando modificações na personalidade do sujeito (FILONOV, 2010).

Ainda, Theodor Adorno (1986) usa a palavra “Emancipação” vinculada ao sentido de Educação. Paulo Freire (1970) considera o termo “Prática de Liberdade” para apontar a finalidade da educação como condutora do indivíduo à autorreflexão para que, consciente, possa exercer sua autonomia. Também, segundo esses autores podemos pensar que a educação acontece a partir de discursos que, de muitas formas, controlam e legitimam, através de vários mecanismos e jogos de

poder, o que deve ser conhecido/aprendido/repassado, mas pode ser também, um espaço de possibilidades, de reflexão, de resistência, de preservação, de luta, de construção, de renovação.

Neste sentido, através das contribuições de Makarenko (1986), entendemos que a finalidade da educação, no sentido da emancipação, é a formação de um indivíduo que assume sua responsabilidade diante da sociedade, na medida em que amplia a sua visão de mundo e não atua desconectado dele, mas nele e com ele, reconhecendo a importância de sua participação na manutenção/transformação/alteração da realidade que o cerca. Logo, a postura da agente penitenciária frente às situações cotidianas, as relações que estabelece com as presas e com o *coletivo* da prisão, apontam para uma visão política e uma concepção de educação, mesmo que velada.

Toma-se, neste estudo, a educação como estrada, caminho, abrigo e humanização. Sendo assim, a educação em meio à cultura, à história de cada sujeito e de todos, através de suas formas de manifestação, se constitui como tensionadora do sujeito. Sujeito este, inacabado, que está sendo, que age, que reage, que transforma e que é transformado pelo meio. Que é aprendente e ensinante, desejado e desejante.

Considerando que os processos educativos acontecem a todo o momento e em contextos diversos, podemos dizer que as atitudes mediadas pelas regras sociais, símbolos e valores culturais têm, em menor ou maior escala, a sua dimensão pedagógica. Assim sendo, na convivência social, as pessoas aprendem e ensinam, compartilhando a sabedoria do grupo. Para Dayrell (2007) são as relações sociais que verdadeiramente educam, portanto a educação ocorre nos mais diferentes espaços e situações sociais, num complexo de experiências, relações e atividades.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem como propósito pensar sobre o trabalho das agentes penitenciárias refletindo sobre a sua dimensão educativa, buscando saber se estas trabalhadoras reconhecem essa dimensão em “seu fazer”. De acordo com a problemática em questão, fornecer elementos para a uma atuação mais reflexiva e autocrítica no intuito de aprimorá-la, a fim de promover intervenções educativas intencionais, visando uma contribuição mais efetiva na inserção social das apenadas. Também tem o intuito de valorizar “o fazer” das agentes, desnaturalizando o estereótipo constituído acerca destas trabalhadoras.

Marie-Christine Josso (2004), através da metodologia das “histórias de vida”, conceitua a pesquisa-formação e busca compreender como as pessoas se formam através de suas experiências de vida. Valoriza a narrativa do percurso como possibilidade de reflexão e encontro com a própria subjetividade, compreendendo assim o caráter processual da formação, onde espaços, tempos e dimensões se articulam em busca de uma sabedoria de vida. Para esta autora, por entre os elos, laços e nós de nossa história é necessário tomar consciência do que nos constitui para a emergência de um fazer mais refletido e crítico (JOSSO, 2004). Como este pensar sobre si, requer um pensar sobre o outro, este processo é ao mesmo tempo individual e coletivo. Neste sentido, a elaboração do roteiro da entrevista para o diálogo com agentes penitenciárias que trabalham na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, teve a intenção de provocar esta reflexão, de desnaturalizar as ações do cotidiano, criando a possibilidade de que elas encontrassem caminhos para ressignificar suas práticas.

Trata-se de um estudo de caso, considerando uma expressão típica da pesquisa qualitativa. De acordo com Augusto Triviños (2001 p. 107), o método de pesquisa tem regras, mas estas não são absolutas, podendo mudar. Neste sentido, a pesquisa qualitativa, pretende obter ideias predominantes e tendências que poderão aparecer nas respostas das entrevistadas, sem que, contudo, precisem ser generalizadas ao universo de organizações, como a estudada.

Triviños (2001) define “população” como o conjunto de pessoas que será analisada. A população e a amostra são decisivas para a natureza dos resultados que se deseja alcançar no estudo. Fizeram parte da população, as agentes

penitenciárias que trabalham na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, especificamente, 05 (cinco) agentes.

Foi estruturado um roteiro que serviu de base para as entrevistas. Este roteiro foi organizado em 4(quatro) blocos com diferentes temas que se articulam, a fim de refletir sobre a dimensão educativa no trabalho das agentes penitenciárias. O primeiro bloco tratou de questões relacionadas à trajetória profissional e formação, a fim de entender como as experiências de vida e formação contribuíram e influenciaram na escolha desta profissão. O segundo bloco buscou entender o diferencial do trabalho neste lugar, diante de outras penitenciárias, tendo em vista a hipótese de que a estrutura física e as questões de gênero, interferiam na atuação destas mulheres trabalhadoras. No terceiro bloco buscamos conhecer as concepções das agentes acerca de seu trabalho e como elas se percebiam entre o punir e o (re)socializar. Por fim, foram discutidas situações cotidianas do trabalho na PFMP, onde procuramos indícios nas falas das agentes, sobre a percepção (ou não) da dimensão educativa de seu fazer.

Atualmente, há 40 agentes lotadas na PFMP. Destas, foram convidadas para a entrevista 5 agentes que atuam na casa prisional há mais de 4 anos. Esta escolha foi feita pelo fato de estas agentes terem passado por diferentes gestões, com diferentes propostas de trabalho, o que consideramos enriquecedor para o debate acerca dos diferentes modos de conduzir suas intervenções educativas junto às apenadas. Os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes de flores, a fim de manter o sigilo. A flor é o órgão reprodutor das plantas, de onde sairá a semente e/ou o fruto. É também símbolo da beleza feminina e da efemeridade da vida. Por essa razão, escolhi flores que me lembram de características de cada agente, a fim de representá-las sem usar seus nomes reais.

Os dados foram coletados a partir de entrevista semiestruturada. Trininõs (2001 p. 85) salienta que a entrevista semiestruturada é um conjunto básico de perguntas, que aponta para aquilo que preocupa o investigador. É uma das ferramentas que o pesquisador utiliza, quando sua opção é a pesquisa qualitativa, para alcançar seus objetivos. Desta maneira, a entrevista semiestruturada transforma-se em um diálogo, uma conversa. Szymanski (2002) complementa dizendo que é preciso considerar a dimensão psicológica e ética da interação que acontece no momento da entrevista, a fim de compreender seu caráter dinâmico,

suas intencionalidades. Salienta ainda, que para a maior riqueza do estudo é muito importante o preparo do entrevistador.

As entrevistas foram realizadas individualmente, no próprio local de trabalho no mês de outubro de 2012, previamente agendadas com as entrevistadas. Foi solicitada a autorização delas para que as entrevistas fossem gravadas, para posterior análise. Duraram, em média, 1 (uma) hora.

Outro instrumento de coleta de dados utilizado foi a observação participante. Conforme Ana Paula Serrata Malfitano (2011), a observação participante se caracteriza pela pretensão, não neutra, do pesquisador de compreender e buscar mudanças na realidade, valorizando o percurso e as investigações, realizadas pelos próprios atores envolvidos no processo de pesquisa. Neste sentido, sendo agente penitenciária e trabalhando no local da pesquisa há mais de 9 (nove) anos, sinto-me comprometida com meu trabalho e minha formação. Angustia-me o fato de perceber nosso trabalho relegado às produções de quem pouco conhece, de fato, as peculiaridades daquele lugar. Assim sendo, o objetivo foi analisar com novo olhar o ambiente em que as agentes penitenciárias estão inseridas e estar atenta às manifestações que pudessem enriquecer o estudo.

Na pesquisa qualitativa, é fundamental a existência de descrição, análise, interpretação, explicação e compreensão das informações reunidas nas entrevistas. A entrevista semiestruturada e os estudos realizados deram suporte para as análises necessárias a este estudo, através da análise de conteúdo.

Esta pesquisa foi realizada na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, localizada em Porto Alegre. Esta Penitenciária abriga mulheres que cumprem suas penas em regime fechado. O trabalho de segurança, vigilância, custódia e disciplina é realizado por mulheres, agentes penitenciárias.

A Penitenciária é uma instituição de âmbito Estadual, integrante da Rede Penitenciária e vinculada à Secretaria da Justiça e da Segurança através da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Originou-se do antigo “Instituto de Readaptação Social Bom Pastor”, pertencente à Congregação Nossa Senhora de Caridade Bom Pastor, que iniciou suas atividades em 8 de fevereiro de 1937. O prédio foi inaugurado em 1944. A filosofia de trabalho estava, então, vinculada aos preceitos da igreja católica, conduzida pelas Irmãs da Congregação.

Em 1971, a Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP) passou a ser um órgão do Estado e administrada pela SUSEPE². Em 1990, houve um incêndio de grandes proporções, onde as instalações superiores da Casa foram praticamente todas destruídas. As detentas foram levadas para instalações provisórias no IPF (Instituto Psiquiátrico Forence) Mauricio Cardoso. Lá permaneceram até 1995. Segundo Maria Palma Wolff (2003), a PFMP foi reformada e agregou, à edificação reformada, “mais aspecto de presídio, com instalação de aparatos de segurança, como grades e a organização de galerias” (WOLFF, 2003 p. 40).

Quando foi inaugurada, a instituição tinha uma estrutura prevista para 180 presas. Chegou a um número próximo de 600 apenadas e atualmente, abriga aproximadamente 220 mulheres. Como a estrutura física continua praticamente a mesma, a superlotação dificultava, até pouco tempo atrás, a aplicação da Lei de Execução Penal, que tem por finalidade a reintegração do preso à sociedade. Atualmente, apesar de todo o empenho da Direção, a PFMP ainda é considerada um local insalubre, com um número considerável de apenadas com doenças infectocontagiosas, que são acompanhadas pelo setor de saúde. Devido aos vários problemas estruturais do prédio antigo, existe uma constante atividade de manutenção.

Quanto às apenadas, há um movimento no sentido de propiciar a todas oportunidades de trabalho e estudo, bem como favorecer o processo de ressocialização e reintegração social, questões que sempre passam por diferentes atravessamentos, dos quais trataremos ao longo deste trabalho.

² O Decreto 18.951 de 07 de março de 1968 cria a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), subordinada a Secretaria de Segurança Pública, instituindo uma política penitenciária para o Estado. Essa política volta-se para a recuperação do preso, com atividades voltadas a este fim.

3. AJUSTANDO O FOCO DA SEGURANÇA PÚBLICA: percebendo as grades do sistema prisional no discurso do educar para (re)socializar

O contexto atual da segurança pública no Brasil permanece grave e exige que suas instituições repensem suas práticas. Embora em nosso país tenhamos observado avanços na redução da pobreza e no campo do desenvolvimento econômico, as soluções relacionadas ao controle do crime e da violência, bem como da ressocialização de apenados, tem se mostrado ineficientes.

Apesar da Constituição de 1988 ter aberto um caminho para as demandas da sociedade e a transição democrática ter possibilitado uma reforma nas instituições públicas, segundo Luiz Eduardo Soares (2003), as *polícias* continuam funcionando como se estivéssemos num período de ditadura ou num regime de *apartheid social*. O descaso do Estado acaba tornando invisíveis os sujeitos marginais, para os quais a violência aprendida e ensinada nas relações sociais, surge, muitas vezes, como uma forma de resistência a essa invisibilidade.

Este tema tem sido focado em debates acadêmicos, políticos e nas falas da população em geral. O diálogo tem apontado para novos caminhos, que de maneira interdisciplinar, buscam a redução da violência e da criminalidade bem como a garantia de direitos aos cidadãos privados de liberdade. As questões educacionais perpassam essa problemática, sendo um dos fatores considerados pelas políticas que vem sendo pensadas para o enfrentamento de tais situações.

Ao analisar a organização institucional da segurança pública no Brasil, Soares (In.: ALVES e OLIVEIRA, 2012) refere que “a justiça criminal, as polícias, o sistema prisional constituem a arena em que o Brasil promissor e inclusivo, refratário a preconceitos e autoritarismos, duela com os espectros escravagistas e opressivos de seu passado” (SOARES, In: ALVES e OLIVEIRA, 2012, p. 10), defendendo que mudanças estruturais são necessárias e inadiáveis. Ressalta que qualquer iniciativa de reforma passa por mudanças no artigo 144 da Constituição Federal de 1988³, a qual fixa um modelo de segurança pública desconstruído com as necessidades dos cidadãos, bem como dos profissionais que atuam nesta área. Denuncia ainda, que apesar de caber à SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) formular políticas nacionais de segurança, este órgão não tem, na conjuntura atual,

³ Art. 144 da CF 1988: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

autoridade para implantá-las pela maneira como são distribuídas as verbas destinadas à Segurança Pública. No entanto, a SENASP elaborou uma proposta alternativa que está sintetizada no projeto denominado SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), o qual dá conta de reformas importantes na estrutura da segurança pública, defendendo um trabalho integrado entre os Ministérios e incluindo fortemente a questão da formação do servidor que atua nesta área.

Com base nas diretrizes do SUSP, foi lançado em 2007 pelo Ministério da Justiça o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), que agrega o município nas ações de segurança propostas e tem como objetivo a prevenção, o controle e a repressão da criminalidade. Este programa busca a articulação entre os projetos de segurança e os projetos sociais. Priorizando a prevenção, almeja atingir as causas geradoras da violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e repressão qualificada⁴. O PRONASCI atua em 4 (quatro) eixos: Formação e valorização dos profissionais da segurança pública; reestruturação do sistema penitenciário; combate à corrupção policial e; envolvimento da comunidade na prevenção da violência através de projetos educativos.

Na articulação com o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), o PRONASCI prevê várias ações como: estabelecimentos penais adequados para jovens infratores (18 a 24 anos) e para mulheres; módulos de saúde nos estabelecimentos prisionais; possibilidades de escolarização, formação profissional e trabalho para os apenados; moradia digna e formação profissional continuada para os servidores do sistema prisional, incluindo ensino superior e cursos de capacitação diversos na modalidade à distância e capacitação específica para atuarem em unidades prisionais especiais.

No Rio Grande do Sul, o órgão responsável pela execução administrativa das penas privativas de liberdade é a SUSEPE⁵. Subordinada à Secretaria de Segurança Pública, de acordo com a Constituição do Estado, tem como objetivo a ressocialização, reeducação e a reintegração social das pessoas apenadas através

⁴ Em Soares (2003), a repressão é analisada de modo aprofundado, para além de simplificações grosseiras, aqui tem uma dimensão positiva: “limitar a liberdade” em nome da garantia dos direitos de todos os cidadãos, na manutenção da ordem pública democrática. Este pensamento também está presente nos escritos de Makarenko, estudados para a escrita deste TCC.

⁵ A Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) é estruturada conforme a lei 5. 745 de 28 de dezembro de 1968 e incumbe-se de planejar e executar a política penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul. No decreto nº 20.768 de 07 de setembro de 1970 foi redefinida a finalidade da SUSEPE assumindo a promoção da reeducação do delinquente, com vistas a sua reinserção social.

da escolarização, profissionalização e empregabilidade. A rede prisional, administrada pela SUSEPE, compreende unidades classificadas como: Presídios (que abriga presos provisórios), penitenciárias (que abriga presos condenados), fundações, albergues, colônia penal e instituto penal (para quem cumpre pena nos regimes semiaberto e aberto). Organizadas por região, a rede prisional conta atualmente com 100 estabelecimentos destinados ao recolhimento de presos condenados e provisórios, entre estes, está a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, pertencente a 10ª Região Penitenciária.

Com base na LEP (Lei de Execução Criminal)⁶, a SUSEPE/RS busca por consolidar os direitos e deveres da pessoa presa, inclusive na questão da classificação⁷ dos apenados. Apesar de todo um aparato legal, iniciado com a Constituição de 1988, visando a garantia de direitos, Roberto da Silva (2011) pontua a importância dos profissionais da educação neste contexto e salienta uma questão: como pensar a custódia, a socialização, a disciplina e a ressocialização de tantas pessoas sem um projeto pedagógico? (SILVA In: LOURENÇO e ONOFRE, 2011).

Apesar de todos os discursos que circulam nas universidades e nos órgãos governamentais, a cerca destas políticas voltadas para a educação e reinserção social deste público privado de liberdade, a realidade tem mostrado que pouco tem se efetivado dentro dos presídios. Os agentes penitenciários, trabalhadores que estão de forma direta e contínua envolvidos com esta população, não tem recebido a atenção proferida nos discursos oficiais. Os investimentos à disposição, não lhes garante o uso da palavra e a participação na construção de propostas para atuar de modo mais comprometido e promover a, tão necessária, “mudança”.

3.1 Prisão: que lugar é esse?

“A prisão é a região mais sombria do aparelho de justiça.”
(FOUCAULT, 2008 p. 214)

A palavra prisão vem do latim *prehensio* e significa: deter fisicamente, prender. Posteriormente seu sentido foi alargado, passando também a compreender o local, o espaço em que alguém fica detido. Embora o encarceramento seja uma prática bem antiga e conhecida, a prisão, como penalidade, só aparece no final do

⁶ A Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

⁷ A classificação a grosso modo se refere a separação entre primários, reincidentes e condenados.

séc. XVI. Até esta época, a prisão se destinava à custódia e não ao castigo. O destino do criminoso era a morte ou a mutilação porque não havia um sistema de justiça constituído (HASSEN, 1999). A Revolução Francesa (1789) e a queda da Bastilha representam o momento em que as penas corporais foram substituídas pelas penas privativas de liberdade, iniciando-se o Sistema Penitenciário.

No Brasil, a história das penas nos remete ao Brasil colônia com sua primeira prisão sediada na Bahia. Em 1930, surge o *Código Criminal do Império do Brasil* e a preocupação com um sistema prisional. Com a proclamação da República (1890), se instituem as penas privativas de liberdade e inicia-se a estruturação do Sistema Penitenciário. Em 1940, temos o Código Penal Brasileiro. Em 1984, com o advento da Lei de Execução Criminal, houve novas mudanças no cumprimento das penas, prevendo a progressão de regime e a custódia separados: entre processados (provisórios) e sentenciados (condenados).

Moraes (2006) aponta que as práticas penitenciais religiosas, ao se misturarem com a racionalidade moderna, constituíram “o *edifício prisional* como perdura até hoje” (MORAES, 2006, p.33). A principal justificativa ética e moral do discurso da ressocialização reside na penitência e no castigo, no purgatório. Lá, “se *arrepentidos* [os condenados], salvam-se e podem retornar ao convívio social” (p. 33). Segundo o autor é assim que as bárbaras práticas de violência dão lugar à prisão, um lugar para educar os sujeitos para a submissão.

A prisão é definida como uma instituição *austera* e *complexa* conforme Foucault (2008) e *total* no sentido de Goffman (1992), assim denominada pela maneira com que controla a vida de seus integrantes e pelas suas características físicas e simbólicas de fechamento e isolamento do mundo exterior. No entanto, no Brasil, podemos dizer que as prisões não são tão fechadas assim e não é por termos evoluído neste sentido, mas pela própria precariedade do sistema, que acaba tendo que abrir suas portas para a comunidade que ajuda a mantê-la em suas necessidades mais básicas. É possível pensar que não é por acaso que a maioria da população carcerária é composta por pobres. Esta é uma escolha de quem faz as *regras sociais*, as quais são cada vez mais excludentes.

Conforme Moraes (2006 p.181), em nosso país, a prisão e o sistema penitenciário nasceram para ser o que são e sempre foram “uma forma de controle social perverso que passa pela ‘criminalização da marginalidade’ e da pobreza”, ao mesmo tempo em que é uma forma de educar toda a sociedade e os pobres, em

particular, para aquilo que eles *realmente* seriam: potencial e virtualmente membros das *classes perigosas*. Assim sendo, a pena privativa de liberdade (ou a prisão), apresenta-se na contemporaneidade como mecanismo primordial de eliminação dos sujeitos sociais indesejáveis. No grupo entrevistado, a compreensão da prisão como um lugar para excluídos permeou todas as falas, algumas com importantes reflexões:

Fora daqui, elas pertencem a essa camada vulnerável, marginalizada, que não está inserida socialmente até dentro desse linguajar e desse modo de vida pautado por leis ... Porque se tu for pensar, boa parte dessas pessoas, quando recebem um bom serviço público, elas pensam que o serviço público está sendo um favor que está sendo prestado, então elas não tem consciência do lugar delas dentro da sociedade, ou melhor, elas estão no lugar que foi oferecido para elas na sociedade... Elas acabam se inserindo porque, dentro do processo de exclusão, elas foram pinçadas para serem controladas, mas essa inserção é uma inserção forçada e precária – elas não compartilham dessa sociedade da mesma forma que pessoas que tem outro padrão de vida. (ORQUÍDEA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Nessa discussão, Soares (2003) nos ajuda a compreender o processo educativo que relaciona a sociabilidade, a violência e a criminalização, pontuando que muito mais do que a violência, como resultado da miséria e da desigualdade, esta precisa ser vista como uma reação à invisibilidade e ao apartamento de condições humanas dignas a que são submetidas as populações marginais. Nesse sentido, a violência possibilita a esses indivíduos a construção de suas identidades, um sentimento de pertencimento a um grupo, tornando possível a sua “auto-invenção”. O sujeito esquecido, invisível, marginalizado, com uma arma na mão, aprende que é alguém capaz de produzir um sentimento: o medo. E “o desdém superior do outro converte-se em subalternidade humilhante, temor e obediência a autoridade armada” (SOARES, 2003, p. 77) daquele que comete a infração. O autor chama a atenção para a urgência de reformas das estruturas sociais em benefício da justiça social. Para isso é necessário que se examine e interprete, com lucidez, as causas geradoras da violência.

Neste sentido, a prisão, a serviço do discurso dominante, se coloca como um aparelho disciplinar exaustivo, que deveria proporcionar aos detentos treinamentos físicos, desenvolvendo sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições (FOUCAULT, 2008). É possível percebê-la então com o papel de “domar” os indivíduos, de docilizá-los através de uma proposta educativa com uma intencionalidade bem definida. No caso das mulheres, o cárcere

busca reestabelecer valores da classe média, tentando recolocá-la nos papéis de mãe, esposa, guardiã das relações e do lar (ESPINOSA, 2002).

Para Marcela Lagarde y de Los Ríos, em sua obra *Los cautiverios de las mujeres* (2005), todas as mulheres estão presas nesta sociedade patriarcal. As presidiárias são mais uma prova, para as mulheres em geral, de que precisam manter os padrões e se manter “boas moças”, pois a prisão é o destino para as que ousam transgredir as regras deste sistema patriarcal, em uma sociedade de classes. Esta autora define a prisão como uma instituição que pune e educa. Neste sentido, castigando algumas, estas servem como ameaça e modelo para as demais.

Contudo, trabalhando em uma instituição prisional para mulheres há nove anos e após as entrevistas, é possível pensar que para grande parte das mulheres presas na PFMP, pelo seu acentuado perfil de exclusão social, a prisão, para além do espaço sombrio e disciplinador descrito por Foucault (2008) ou o espaço de ódio e violência apontado por Lagarde (2005), é também o lugar onde elas têm acesso a bens e serviços que lhes são negados quando em condição de liberdade. É comum ouvir as detentas relatarem que, quando grávidas, por exemplo, cometem pequenos delitos para que presas, tenham acompanhamento constante e acesso facilitado nos serviços de saúde. Ainda é possível dizer que, uma grande parte destas mulheres, tem uma convivência fora da prisão muito semelhante à que tem dentro da prisão, com vínculos muito semelhantes. Na prisão, elas encontram suas parcerias (parentes, amigas, conhecidas da comunidade) e reproduzem o que fazem na rua, mesmo com certas limitações. Para algumas, a penitenciária representa uma espécie de segurança, de companhia e de proteção porque o exercício da cidadania, com direitos e deveres assegurados, não chega até essas mulheres. Conversar com agentes penitenciárias, possibilitou compreender e corroborar tais ideias. Segundo a entrevistada Margarida

No Brasil, para muitos é bom ser preso. É bom fazer a coisa errada porque aí tu tem o que tu não tinha na rua: tu tem médicos, dentistas, nutricionista, não precisa enfrentar a burocracia do SUS, tem 4 (quatro) refeições por dia, pode trabalhar, estudar... muitas não tem isso na rua. Eu acho triste isso, mas é real. (MARGARIDA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

A prisão é um lugar cuja característica mais marcante é a preocupação com a segurança e a detenção das pessoas que ali cumprem penas. É um lugar onde a vida das detentas é regida por algumas regras bem rígidas e horárias pré-

determinados. A manutenção da ordem no interior de uma prisão, depende de acordos entre as equipes de dirigentes, funcional e a população carcerária. Cabe-nos aqui o questionamento: Como as agentes Penitenciárias participam, interagem e reconhecem suas práticas no contexto da prisão? Qual sua contribuição nos processos educativos das apenadas? Neste contexto, a agente penitenciária vive em meio à contradição maior da prisão: o punir e o “recuperar”.

Até bem pouco tempo, as vagas para mulheres presas em penitenciárias eram poucas. As presas recebiam um tratamento diferenciado, condizente com cuidados menos rigorosos no que tange aos riscos de violência e fuga, que se consideravam menores entre mulheres, em comparação aos homens. A infraestrutura prisional, de estabelecimentos femininos, era mantida de maneira precária no que diz respeito à segurança. As casas prisionais demonstravam menor preocupação com o potencial ofensivo das mulheres, que se julgava reduzido.

Até 2009, havia somente uma prisão no Rio grande do Sul exclusiva para mulheres, a Penitenciária Feminina, que foi construída com a finalidade de recolher e “reformatar mulheres infratoras”. O acordo entre uma Congregação de Irmãs da Igreja Católica e o Estado, previa que a Direção da Instituição ficaria a cargo da Congregação, que pensou a estrutura física para a recuperação destas mulheres dentro dos princípios cristãos. Assim sendo, a arquitetura da PFMP, sem fugir do modelo panóptico descrito por Foucault (2008), se assemelha a de um convento, que também é um lugar para confinamento, disciplinamento e detenção dos corpos femininos, sendo um lugar que privilegia o recolhimento, a vigilância e o controle “divinos” por um *Deus* masculino, impondo às mulheres um comportamento socialmente desejável (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005; ESPINOZA, 2002). Uma das agentes entrevistadas, salienta esta questão ao dizer

Aqui é mais complicado, porque a infraestrutura, pra além da própria característica da mulher, não favorece, no sentido das distâncias [internas], da vigilância, do controle, do gradeamento dos espaços.... (ORQUIDEA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Neste sentido, a estrutura física, com estreitos corredores e muitos lugares sem controle visual após a interdição da capela, nos permite afirmar que nesta instituição prisional, mais do que em qualquer outra, acontece o encontro e o contato direto e constante entre agentes e apenadas. Na PFMP, por essas características,

não é possível porque não é seguro, o porte de armas para as agentes, configurando uma maneira peculiar de conduzir o trabalho. Logo, suspeitamos que essa proximidade gera a possibilidade de relações educativas constantes e diretas entre agentes e presas.

3.2 A Penitenciária Feminina Madre Pelletier: a cadeia das relações educativas ou as relações educativas da cadeia

“O que determina os fins da educação são os interesses do grupo que detém o comando” (PINTO, 1982, p. 33)

Em 1944 começa o movimento para a construção do prédio que abriga atualmente a Penitenciária Feminina. O terreno pertencia a uma Ordem religiosa e a construção do edifício ficou a cargo do Estado. Inaugurado em 1949, o *Reformatório de Mulheres Criminosas* abrigou meninas infratoras e mulheres condenadas. Em 1950, passou a denominar-se Instituto Feminino de Readaptação Social e posteriormente Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

A filosofia de trabalho junto às apenadas, conforme Maria Palma Wolff (2007), estava vinculada aos preceitos da igreja católica:

A fé e o arrependimento dos pecados centralizava a proposta de recuperação, o que se refletia na prestação de um atendimento paternalista, fundado numa compreensão maniqueísta da presa e, na pessoalização dos problemas e de seus encaminhamentos (WOLFF, 2007, p. 37)

A Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP) passou a ser um órgão do Estado e administrada pela SUSEPE⁸ em 1971. Neste novo conceito de administração, numa proposta que se pretendia laica, houve a estruturação do corpo técnico, assumindo papel decisivo no encaminhamento das questões relativas às apenadas, ao cumprimento das penas e aos problemas organizacionais. Foi criada a creche, disponibilizou-se o ensino MOBREAL, estruturou-se o programa de visitas íntimas e ampliaram-se as oportunidades de trabalho.

O vínculo do trabalho desenvolvido na Penitenciária com a comunidade, através de parcerias que possibilitavam o consumo dos produtos ali produzidos, a

⁸ O Decreto 18.951 de 07 de março de 1968 cria a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), subordinada a Secretaria de Segurança Pública, instituindo uma política penitenciária para o Estado. Essa política volta-se para a recuperação do preso, com atividades voltadas a este fim.

preocupação com a formação das detentas, enfim, a qualidade do processo educativo que vinha acontecendo no interior da PFMP, foi construindo uma imagem positiva na mídia local. Em 1964, uma série de reportagens fazia referência ao “bom trabalho” ali desenvolvido. Nesta época, “todas as atividades realizadas eram fundamentadas na crença da possibilidade de ressocialização” (WOLFF, 2003 p.39). Durante este período, iniciou-se um forte movimento com muitos debates e inúmeras atividades no interior da instituição envolvendo apenas e funcionários, apontando para a necessidade de um albergue feminino, em função do advento da LEP⁹. Em 1987, foi criado o Albergue Feminino, que posteriormente se desvinculou da PFMP.

Em 1990, uma das detentas, revoltada com o isolamento¹⁰ de sua companheira, ateou fogo à cela, provocando um incêndio de grandes proporções, onde as instalações superiores da Casa foram praticamente todas destruídas. Todas as detentas precisaram ser removidas para instalações provisórias no IPF¹¹ Maurício Cardoso e lá permaneceram até 1995. A PFMP foi reformada e agregou, à nova edificação, “mais aspecto de presídio, com instalação de aparatos de segurança, como grades e a organização de galerias” (WOLFF, 2003 p. 40), como já mencionado. Apesar deste incêndio não ter atingido diretamente a capela da Penitenciária, trouxe problemas à sua estrutura, o que originou o processo para seu tombamento que ocorreu em 1991¹².

Um ano após a (re)ocupação da PFMP, em 27 de março de 1996, outro incêndio destruiu, desta vez, a Capela que permanece em ruínas até os dias de hoje, apesar das tentativas e propostas das sucessivas direções e funcionários no intuito de recuperá-la. É um patrimônio com bela arquitetura e painéis pintados por Emilio Sessa¹³ (1913-1990), pintor italiano que se dedicou à arte sacra.

3.2.1 Estrutura física e organizacional: Intencionalidades pedagógicas

A Penitenciária Feminina Madre Pelletier é composta por três andares. Na parte térrea interna ficam localizados os setores administrativos, os setores de atendimentos jurídico e psicossocial, o refeitório dos funcionários, a cozinha geral e

⁹ A Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que regulamentou o sistema progressivo da pena.

¹⁰ Quando uma detenta comete infração disciplinar, é retirada de sua galeria e alojada em celas de isolamento para averiguação através de Procedimento Administrativo disciplinar.

¹¹ Instituto psiquiátrico Forense.

¹² O processo ocorreu através da portaria nº 09/91 da Secretaria Estadual da Cultura em 13 de março de 1991.

¹³ <http://www.emiliosessa.com.br/>

a cozinha dos funcionários. Esse espaço é, portanto, exclusivo para o trânsito da equipe funcional da Casa e as detentas só tem acesso, quando solicitadas pelos setores ou encaminhadas pelas *funcionárias*¹⁴. Existem dois pátios internos, um localizado na ala sul, onde fica o pátio de visitas, a galeria do isolamento, as salas de trabalho da empresa ELO; e o outro na ala leste, onde as apenadas têm seu horário de sol. A galeria do isolamento aloja as apenadas por um período de, no mínimo, 10 dias. Durante esse período, elas não têm direito ao pátio, a visitas ou a qualquer tipo de atendimento, exceto em casos de emergência. As apenadas, que ficam nesta galeria, são as que cometem infrações disciplinares, como: brigas, furtos de materiais ou aquelas flagradas com telefones celulares, chips, drogas ou outros comportamentos considerados ilícitos.

No segundo andar, ficam as galerias B1, B2, B4, as salas de trabalho, o posto de controle e a enfermaria, localizada mais a frente do prédio. Na galeria B1, ficam alojadas as apenadas que trabalham. Na B2, as que possuem mais idade, grávidas em início de gestação e as que têm problemas de saúde. Na B4, encontram-se as apenadas que precisam ficar isoladas das demais, devido ao tipo de crime que cometeram sendo, geralmente, crimes que envolvem crianças, crimes sexuais ou crimes com idosos. No terceiro andar da ala sul estão localizados, o posto de controle, o alojamento das agentes e as galerias C e D. Na galeria D ficam alojadas as presas recém-chegadas, que não trabalham. Na galeria C, estão as trabalhadoras da cozinha (que fazem a comida para todos da PFMP). Na ala leste está localizada a galeria B3 onde ficam, também, presas que trabalham. Nestes espaços a circulação das apenadas é constante e intensa, intermediadas/controladas unicamente pelas agentes que geralmente conhecem as apenadas e suas demandas. Na parte térrea e no segundo andar da ala leste, está localizada a Unidade Materno-Infantil, onde ficam alojadas as apenadas com seus filhos de até 1 ano de idade, além das gestantes com mais de 8 meses de gestação.

Na parte da frente da penitenciária, no segundo andar, e na ala leste, está localizada a *escola* e no terceiro andar, o *auditório*. Estes espaços podem ser reconhecidos como espaços privilegiados. É onde acontecem os eventos onde as presas podem participar e se conectar ao mundo externo através das professoras, dos palestrantes e convidados que comparecem nos eventos. Interessante observar que este lugar é quase completamente desprovido de segurança, talvez porque se

¹⁴ As Agentes Penitenciárias na PFMP são chamadas de “funcionárias” pelas apenadas.

entenda que aquelas que estão aptas a participar dos eventos ou ir para a escola, já estejam adequadas às regras e representem menor risco de fugas e de atitudes violentas, ou seja, já estão, como salientou Foucault (2008), *docilizadas*.

Na parte central do prédio localiza-se a capela. Trata-se de uma obra de rara beleza, mesmo que em ruínas. Ao contrário das penitenciárias moduladas, onde dos postos de segurança é possível ter o controle da cadeia, na PFMP é da capela que se poderia observar toda a estrutura. Ela tem formato de cruz e cada ponta alcança um lado do prédio. Segundo Dayrell (2007), a arquitetura e a ocupação de um espaço físico nunca são neutras. O planejamento e a organização apontam para uma expectativa de comportamento. No caso da PFMP, podemos pensar que a filosofia da igreja católica, que idealizou o prédio, visava um comportamento controlado pelos preceitos da mesma, onde o arrependimento e a responsabilização individual pelos delitos cometidos e as atitudes das detentas, seriam observados/controlados pelos olhos de Deus, materializados na capela de onde tudo se vê e tudo se acessa. Logo, o espaço arquitetônico da Penitenciária, expressava uma concepção educativa que foi alterada após o incêndio que destruiu a capela e a destituiu, em parte, do controle subjetivo que exercia sobre as mulheres presas. Hoje, com a capela isolada, os corredores da PFMP promovem muitos encontros entre todos os que por lá transitam.

Esta estrutura física diferenciada da penitenciária, também modifica os comportamentos das que lá trabalham e convivem, exigindo uma postura firme, mas dialógica por parte das agentes, pelas possibilidades de subterfúgios e artimanhas que a estrutura permite para as detentas, hábeis na arte de manipular, burlar e esconder-se. Este trânsito, de todos os lados, também requer prudência das agentes no sentido de evitar confrontos, pois o efetivo funcional é reduzido e as situações de conflito são frequentes.

Eu acho que aqui a gente fica mais vulnerável à presa... porque na modulada tu trabalha por cima... aqui, se a presa te desacatar, tu vai ter que tomar uma atitude... E conforme tu te expressar, se tu te der o respeito, ela vai te dar o respeito. Tem que saber coordenar a situação... tem como manter a autoridade.. isso acontece pela nossa maneira de trabalhar, de se posicionar em frente à elas... se a postura for firme, no momento em que ela te questionar, tu vai ter a resposta porque tu conhece teu serviço, então eu acho que depende da postura da agente. É complicado porque a presa é malandra, ela sabe quem tá com medo e quem não tá... (GIRASSOL, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

No trabalho como agente, dentro de uma unidade prisional tão peculiar, a disciplina (autodisciplina) é fundamental. Para Makarenko (1981) o “ser disciplinado” é aquele que “...esteja disposto a cumprir com seu dever em cada minuto de sua vida sem esperar resoluções ou ordens...” e que além disso “...possua iniciativa e vontade criadora”, ou seja, que não se limite frente às imposições de terceiros ou a trabalhar a partir do que lhe fora exigido, mas que possua “..uma reação decidida, um alerta permanente, sem se deter diante de nenhum obstáculo ou perigo”. Neste sentido, constituírem-se autodisciplinadas é um pressuposto para a formação de um grupo de agentes que desejam atuar de maneira consciente, reconhecendo o educativo de seu papel social. Um *coletivo*¹⁵, onde cada uma

sempre e em todas as circunstâncias sabe escolher a atitude correta, a mais útil para a sociedade, e que possui a firmeza de manter essa atitude até o fim, quaisquer que sejam as dificuldades e inconveniências. É evidente que não se pode educar um homem [ou uma mulher] com esse tipo de disciplina somente por meio da imposição. (MAKARENKO, 1981 p. 37).

A equipe diretiva da PFMP é composta pela Diretora da Penitenciária, a Diretora do setor administrativo, a Chefe de Segurança e a Coordenadora da Unidade Materno-Infantil. Os cargos são indicados pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

A Penitenciária Feminina Madre Pelletier define algumas normas internas, para o bom andamento do trabalho. Neste sentido, quando uma mulher é detida por qualquer que seja o motivo¹⁶ e ingressa na PFMP, passa por um processo de identificação. No primeiro momento, a presa é revistada juntamente com seus pertences para se verificar se não está lesionada, se não porta ilícitos e se tem traços de identificação particulares. Em seguida, é conduzida a uma cela de triagem onde aguarda até o momento em que se verifique qual é a galeria mais adequada, de acordo com seu perfil. Antes de ir para a galeria, a presa passa por vários setores, geralmente nessa ordem: pelo setor de identificação (INFOPEN), onde são cadastrados os seus dados; o setor jurídico que toma conhecimento de sua situação; depois, o setor de assistência social que faz os primeiros contatos com a

¹⁵ Coletivo no sentido de Makarenko é entendido como um organismo social vivo, que possui órgãos, atribuições, responsabilidades, correlações e interdependência entre as partes condição para que cada homem se realize como ser humano e como cidadão.

¹⁶ A prisão pode ocorrer em função de vários fatores, a saber: por flagrante, por mandado, por captura, ...

família e providencia materiais necessários (roupa, higiene...); o setor de psicologia o qual avalia o estado emocional; após, o setor de saúde, onde é feita uma avaliação de seu estado físico; finalmente é atendida pela chefe da ASD¹⁷, que define onde será alojada. Já na galeria, toma conhecimento dos dias de visitas.

As visitas de familiares podem ocorrer uma vez por semana, conforme cronograma da galeria em que se encontra a apenada. Como a penitenciária é dividida em galerias, cada galeria recebe a visita em um dia determinado. Nas quartas-feiras, é permitida a entrega de “sacolas” com mantimentos diversos trazidos pela família das detentas. Quem não recebe visitas e trabalha ou tem outra renda, pode comprar seus materiais na cantina¹⁸ da PFMP.

Todas as apenadas têm direito ao horário de sol ou de pátio, que é organizado por galerias. Isso acontece todos os dias úteis, pois no final de semana é o dia de visita. Elas também podem frequentar cultos religiosos de sua preferência, assistir palestras e participar das atividades propostas pela casa.

3.2.2 O Trabalho prisional e as atividades de suporte social

A PFMP estabelece parcerias, através da SUSEPE, com várias empresas que possibilitam às apenadas trabalharem, receber certa quantia em dinheiro e a remissão da pena¹⁹. Em alguns casos, inclusive, aprendem ofícios. Atualmente, as empresas que atuam na casa prisional são:

- *Elo Ltda*: Produção de componentes eletrônicos. Em média, 70 (setenta) presas trabalham;
- *Grupo Hospitalar Conceição*: Confecção de roupas hospitalares. Possui, em média, 10 (dez) presas trabalhando;
- *Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul – PROCERGS*: 7 (sete) apenadas que fazem este trabalho;

¹⁷ Atividade de Segurança e Disciplina.

¹⁸ Cantina: atende ao dispositivo da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), que determina ser obrigação do Estado a assistência material ao preso, devendo o estabelecimento penal dispor de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração.

¹⁹ Na remissão da pena para cada 3 (três) dias trabalhados, é reduzido 1 (um) dia de pena. Ex: se uma detenta é condenada a 3 anos de prisão e neste tempo exerce uma atividade laboral ou educativa comprovada, terá sua pena reduzida para 2 anos.

- *Lua Nua Bijuterias*: Esta produção de bijuterias é vendida por várias redes de lojas, como a Renner. Em média, há 20 (vinte) apenas trabalhando;
- *Artesanato*: fazem suas próprias criações em tecido, couro, lãs, linhas e diversos outros materiais. Em média, 8 (oito) apenas estão neste setor de trabalho;
- *Shop Serigrafia*: produzem adesivos para geladeira, de empresas diversas. Atualmente, estão 6 (seis) apenas nesta função;
- *Salão de beleza*: em uma sala específica para este fim, foi montado um salão de beleza, onde 3 (três) presas fazem o trabalho de embelezamento para as demais detentas.

Existem, ainda, serviços prestados pelas apenas à penitenciária que são pagos com a verba orçamentária do presídio. Esses serviços são executados nos setores da limpeza, manutenção, cozinha e coleta de lixo. Todas as mulheres que trabalham, ganham remissão de pena. Este setor possibilita trabalho remunerado para mais de 60 (sessenta) apenas.

A seleção para o trabalho é feita por uma funcionária que trabalha no setor de valorização humana, o qual dispõe de uma relação de apenas que gostariam de exercer alguma atividade. Nesta relação, consta o nome, o grau de instrução e alguma habilidade que disponha para executar tarefas. Quando surge alguma vaga nas empresas, a funcionária utiliza essa relação para realizar o processo seletivo. Um representante da empresa faz uma entrevista e um teste de aptidão para o cargo. Caso seja selecionada, a apenas inicia as atividades imediatamente. A carga horária semanal é de 40h, das 8h30min às 17h, com intervalo de 15min, manhã e tarde, com intervalo de almoço das 11h e 45min até às 13h, de segunda a sexta-feira.

Outras atividades, fazem parte do projeto de reintegração social na PFMP. Através do convênio com o Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter, o Projeto PROLER desenvolve atividades para estimular a leitura e a escrita das apenas. A escola da prisão (NEEJA) é mantida pela Secretaria de Educação do RS. O nível de instrução, da maior parte das apenas, é o ensino fundamental incompleto. Para frequentar as aulas, elas realizam provas de nivelamento, a fim de verificar o estágio de conhecimento em que estão. Após a realização das avaliações, são divididas por nível. Existem aproximadamente 20 apenas que frequentam as aulas, porém, o

número de inscritas é bem maior, chegando a 98 apenas. Segundo estudos que realizei em outra oportunidade, a infrequência e desistência se devem ao fato de a escola não contemplar as necessidades e os desejos das mulheres encarceradas, no que se refere ao ensino e à socialização.

O apoio espiritual acontece através de encontros que ocorrem semanalmente com alguns representantes religiosos de várias religiões, realizados em locais previamente determinados pela equipe de plantão, em horários agendados, já que é grande o número de igrejas cadastradas. Poucas apenas, aproximadamente 10, manifestam interesse e participam destas atividades. O grupo espírita é o mais acolhido pelas presas.

A Unidade Materno Infantil recebe, em média, 20 (vinte) mães que possuem filhos menores de seis (6) meses com a finalidade de atender às crianças e promover a manutenção de vínculo mãe-filho. Essas mulheres e crianças são acompanhadas por uma equipe formada por uma coordenadora, uma psicóloga, uma assistente social, um pediatra, uma nutricionista e uma agente penitenciária.

Além disso, há vários setores de apoio às apenas: controle penal, tesouraria, comissão disciplinar, nutrição, almoxarifado e manutenção, valorização humana, setor técnico (psicólogas e assistentes sociais), jurídico, Defensoria Pública e enfermaria.

No entanto, apesar de toda essa estrutura, e possibilidades oferecidas às presas, as agentes entendem que o resultado fica muito aquém do que julgam o ideal e possível, como será posteriormente abordado.

4. AGENTES PENITENCIÁRIOS: HISTÓRIA E ESTEREÓTIPOS

Nunca foi tão difícil, nem tão necessário, nem tão desafiador, colocar nossas pré-noções e nossos valores, os ordinários, mas também os doutos e escolarizados, a esta altura misturados, em suspenso para tentar compreender a prisão ou mais particularmente um grupo que a constitui: os agentes penitenciários (MORAES, 2005 p. 40).

O trabalho das agentes penitenciárias é realizado em uma instituição de controle social²⁰ que visa punir através do encarceramento. De acordo com Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (2005), o senso comum identifica os trabalhadores da segurança prisional, como grosseiros, pouco instruídos, cruéis, insensíveis, corruptos. Este autor, ao propor o estudo sobre a construção da identidade profissional dos agentes penitenciários do Paraná, comenta sobre a reação e a resistência do grupo a esse foco de pesquisa, no Sistema Prisional. Relata sobre o receio inicial dos estudantes e do próprio autor, do contato com os agentes, ou seja, com a crueldade corporificada, conforme o entendimento de um *senso comum douto*, que circula nas instituições acadêmicas acerca destes profissionais. Após a pesquisa, que entre outros achados reconheceu a importância do trabalho dos agentes nos processos de ressocialização, o autor reflete sobre a necessidade de uma aproximação real com o cotidiano da prisão para desconstruir os pré-conceitos e poder compreender de fato estes trabalhadores:

Em verdade, entendemos agora, estávamos justificando para nós mesmos e legitimando para o campo por que deveríamos tentar *compreender* o papel dos agentes penitenciários. Fomos entendendo que a *compreensão* passa necessariamente, por algum grau de interação subjetiva. E, hoje sabemos, era isso que não desejávamos, ou seja, a interação subjetiva com a *crueldade corporificada* (MORAES, 2005 p. 30).²¹

As incursões superficiais no Sistema Penitenciário, a maneira como a própria literatura e a mídia representam esta profissão, acabam constituindo discursos tendenciosos, ignorando os conhecimentos dos agentes e as contingências que levam a relação entre agentes penitenciários e presos ser, muitas vezes, conflituosas/antagônicas/dicotômicas. O estereótipo do agente penitenciário cruel, reforçado por estes discursos na sociedade, lhes confere um lugar pouco

²⁰ Controle social com um caráter perverso por ser uma prática de dominação e exercício de poder e que se apresenta como terapêutica ou regeneradora. Perverso também porque se desvia do que promete.

²¹ Grifos do autor

grato, dos *maus*, constituindo uma inversão de valores: os criminosos, afastados da sociedade por um sistema de justiça, acabam ocupando o lugar de vítimas e o agente penitenciário o de algoz, mesmo que esta sociedade reconheça que precisa do serviço do agente penitenciário para “se livrar” do criminoso. Moraes (2005) ao falar das contradições entre o sistema prisional e o trabalho dos agentes – neste caso, das agentes, destaca 4 (quatro) elementos importantes:

- 1) As agentes trabalham na ressocialização e ao mesmo tempo são responsáveis pela ordem e disciplina: ou seja, ao mesmo tempo em que se espera que a pessoa presa seja educada para voltar ao convívio social, se pretende que ela seja castigada por seus delitos;
- 2) A diferença entre o discurso público sobre a ressocialização e os altos índices de reincidência, pela falta de recursos reais para a concretização do discurso: possivelmente, o fato de a prisão ser uma instituição fechada, facilita a fala sobre investimentos e pretensões, mas na verdade, isso muitas vezes, não chega até as destinatárias (presas) e as agentes acabam sendo culpadas pelas detentas, inclusive da falta dos materiais mais indispensáveis como papel higiênico, colchão, talheres;
- 3) O sentimento de aprisionamento e identificação da agente com a presa: pois ambas, confinadas na prisão, acabam sofrendo as consequências desta condição;
- 4) O desgaste da autoridade da agente pela forma como lida com a presa: neste caso, pode-se dizer que o desgaste vem das próprias faltas, já mencionadas, do sistema que é responsável pela custódia das presas, através do trabalho das agentes penitenciárias.

Embora o estudo do autor, tenha sido feito no estado do Paraná e com agentes homens, pode ser generalizado para a presente pesquisa, visto que tais antagonismos também são percebidos em contexto gaúcho, no que se refere à uma penitenciária feminina. Ao falar do *senso comum douto*, uma cultura oficial da sociologia sobre os agentes penitenciários que aponta dificuldade em acessá-los, o autor refere a sua própria tendência a aderir a essas verdades previamente constituídas sobre estes trabalhadores, declarando que

Curiosamente nós, que tivemos desconfianças da *crença* que uma população qualquer seja absolutamente homogênea, estávamos prestes a

aderir, em função da antipatia, pré-conceitos e das dificuldades objetivas a esse *senso comum* (MORAES, 2005 p. 30).

Este autor denuncia as dificuldades na produção de um texto científico sobre “um tema maldito e obscurecido pelo senso comum *douto*” (MORAES, 2005, p. 31). Neste sentido, é possível dizer que muitos estudiosos deste campo, ao focar seu interesse no preso, na punição ou na prisão, acabam produzindo textos metafísicos e descontextualizados e no caso dos agentes, estas produções, quando os vê, muito de longe, se limitam a reproduzir os preconceitos. Grosso modo, é possível pensar, que estas visões simplistas acabam reforçando a ideia de que estes profissionais seriam os responsáveis pelo fracasso da ressocialização. Moraes (2005, p. 267) complementa, salientando a importância destes atores sociais nos processos de mudança, pois “atentar para a percepção dos agentes penitenciários sobre o sistema prisional pode permitir a identificação de problemas que normalmente sequer são tocadas nas eternas reformas de que são alvo as prisões.”

A questão do estereótipo recai sobre as profissionais da PFMP de maneira contundente. Ao conversar com elas, por ocasião da pesquisa que realizei, é possível perceber a descrença que habita o seu cotidiano sobre a possibilidade de se fazer ver, no meio extramuros, com um olhar diferente do que a mídia propaga e o senso comum se apropria. Tal visão as concebe como cruéis, violentas, insensíveis, corruptas, cuja função se limita a realizar tarefas ligadas à segurança, custódia e disciplinamento das apenadas. Todas, no entanto, concordam que a sua atuação na Penitenciária Feminina Madre Pelletier vai além desse trabalho prescrito:

Me sinto tranquila. Gosto do meu trabalho, que é bem mais do que abrir e fechar portas. Acho que apesar das ausências do Estado, a gente consegue fazer bastante coisas por essas mulheres, de vez em quando dá um desânimo porque as coisas não funcionam, mas...” (DENTE DE LEÃO, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

O nosso papel aqui é guarnecer, cumprir as regras... Conferência... Observar o que está errado... Mas, até papel de assistente social a gente faz. Aqui tu faz segurança, faz vigilância, faz o papel de médico (às vezes)... Faz papel de psicóloga, quando a presa tá depressiva, tu conversa. Às vezes ela só quer desabafar.” (GIRASSOL, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Neste sentido, outras reflexões são necessárias, pois pensando em relações educativas, não há como desconectar o bem-estar da presa, do bem-estar da agente porque uma se beneficia do bem-estar da outra. Este descaso e preconceito,

são fatores que acabam contribuindo para o adoecimento destas trabalhadoras que, muitas vezes, não conseguem ver um resultado positivo do seu trabalho. Estamos falando de um sistema prisional²² que não olha profundamente para as pessoas e, segundo Orquídea, “*se tu tem um sistema que não enxerga nem os agentes, como que a gente pode pensar num sistema que enxergue os presos?*” (Trecho de entrevista realizada em outubro de 2012). Como se pode pretender que trabalhadoras que tem sobre si a carga desse estereótipo, desempenhem um trabalho educativo de modo que contribuam mais efetivamente para a conquista da cidadania das apenadas? Como dar significado a um trabalho cuja prescrição não abarca a complexidade do cotidiano com as presas? Como transformar estas vivências em experiências? Marie Christine Josso nos diz que:

Vivemos uma infinidade de transações, de vivências; estas vivências atingem o *status* de experiências a partir do momento que fizemos um certo trabalho reflexivo sobre o que se passou e sobre o que foi observado, percebido e sentido. (JOSSO, 2004 p. 48).

Sem esta reflexão, o trabalho se torna mera reprodução da vontade do discurso dominante. Segundo uma agente da PFMP:

(...) a gente fica meio desanimada, porque as coisas não mudam e não depende de nós... as pessoas lá fora enxergam a gente como os maus e os presos viram coitados e, na verdade, as duas coisas tão erradas. Enquanto isso o governo, que podia fazer seu papel, cruza os braços e as coisas continuam... assim...(MARGARIDA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

4.1 Pensando sobre trabalho e a profissão dos Agentes Penitenciários

As várias leituras sobre o conceito de “trabalho”, nos levam a pensar que há um consenso entre os autores em tratá-lo tendo como referência a sociedade antes e depois do modo de produção capitalista. Ainda podemos perceber que, apesar das mudanças e conceitos variados, o trabalho mantém a sua condição de atividade humana e resposta às necessidades impostas pelo sistema econômico. O conceito de trabalho sofre muitas variações em suas especificidades no tempo e no espaço, pois cada grupo humano tem seu modo de vê-lo e vivê-lo. Weber (1967) analisa o

²² Ao falar sobre quem trabalha na SUSEPE, ou está aos cuidados desta instituição como apenada(o), é comum as pessoas se referirem ao Sistema Prisional, apenas como “sistema”.

trabalho como um fim em si mesmo, uma vocação, produto de um processo educativo. Barata e Silva (1978) apresenta o trabalho como dever, caracterizado pela fadiga, “um dever e por exigência da vida comunitária, um dever social” (p.20). Hegel associa o trabalho à linguagem, afirmando que “privar o homem do trabalho, assim como privá-lo da fala, é arrancá-lo do lugar do conhecimento que comanda a consciência, é negar-lhe o direito de distanciar-se, de um certo modo, da morte” (HEGEL, 1921, p.97). Hassen complementa dizendo que o trabalho faz “uma junção entre o homem e ele mesmo, ele mesmo e seu mundo, ele mesmo e o tecido social no qual se inscreve” (HASSEN, 1999, p.44). É certo, também, que o trabalho realizado sem reflexão pode se tornar despersonalizante e, conforme Marx (1978), alienante. Saviani ao analisar os fundamentos históricos e ontológicos do trabalho e educação vai nos dizer que esses atributos, essencialmente humanos, estão imbricados na própria vida onde “a produção do homem é ao mesmo tempo a formação do homem, isto é, um processo educativo” (2007, p. 154).

No caso deste estudo, concebemos o trabalho como atividade humana, indutora/construtora de identidade não só profissional, mas social e cultural, que tem seus efeitos peculiares dentro de uma instituição prisional. Em relação aos agentes penitenciários, podemos pensar que o aumento do encarceramento pode estar associado ao declínio do Estado de Bem-Estar Social²³ o que provocou o desemprego e a precarização do trabalho e ao mesmo tempo, a emergência do Estado Penitenciário, estabelecendo impactos sobre seus trabalhadores (MORAES, 2005).

A profissão de agente penitenciário sofreu muitas alterações desde suas origens. Conforme Nery (2012), já nos mosteiros da Idade Média, existia guardas ou vigilantes que aplicavam os castigos e fiscalizavam o cumprimento da pena. Na segunda metade do século XVIII, inicia-se um movimento no sentido de defender os interesses dos indivíduos, provocando mudanças nessas concepções.

No Brasil, a primeira nomeação de “carcereiros”, data de 1833 e poucos se interessavam em exercê-la, chegando ao extremo de o indicado para tal tarefa, ser preso caso se recusasse a trabalhar nesta função. O primeiro documento que descreve a função do chamado “guarda de presídio”, data de 1924, em São Paulo, ao qual “cabia a função de policial, ou seja, guardar o cumprimento das leis e ordens

²³ O Estado de Bem-Estar social surgiu para limitar a ação predatória do capital e proteger os trabalhadores da superexploração (MORAES, 2005).

vigentes na instituição, impedindo e contendo manifestações dos sentenciados que fossem consideradas impróprias” (NERY, 2012 p. 24).

No Rio Grande do Sul, os registros desta profissão remontam ao ano de 1842 na chamada Cadeia Velha. Substituindo esta, em 1852 foi construída a Cadeia Civil, que em 1897 passou a se chamar Casa de Correção. A partir daí várias instituições foram sendo criadas, inclusive o Reformatório para Mulheres Criminosas, atual Penitenciária Feminina. A SUSEPE só foi instituída em 1968 e o primeiro curso de formação ocorreu de 10/11/69 a 23/03/70 com 160 servidores, sendo 15 mulheres. O curso se chamou 1º Curso de Formação de Agente de Segurança Penitenciário. No entanto, somente em 1973 foi criada a Escola do Serviço Penitenciário, com o objetivo de preparar os concursados para trabalharem como “agentes ressocializadores”. Os antigos carcereiros, hoje agentes penitenciários, são uma categoria organizada, com um sindicato atuante e com um plano de carreira, criando-se assim um sentido de pertencimento destes trabalhadores a uma organização social trabalhista.

Apesar de todo esse avanço, a questão do estereótipo cria impasses no que se refere à dignidade e ao orgulho de exercer esta profissão. Desconstruir e desnaturalizar esses discursos sobre o agente, tem sido tarefa difícil, pois a mídia tem um forte poder de reprodução discursiva e insiste em manter um olhar retrógrado e tendencioso sobre estes profissionais.

4.2. O trabalho prescrito do Agente Penitenciário

O ingresso na carreira de Agente Penitenciário se dá através de concurso público que compreende o exame intelectual, o exame de aptidão física e avaliação psicológica. Considerado apto nestas etapas, o candidato passa por um curso de formação de aproximadamente 4 meses, onde terá noções de Direito Penal, Administrativo, Constitucional, sobre Direitos Humanos, Língua Portuguesa, Defesa pessoal e uso da força, bem como sobre o uso de armas de fogo.

Conforme o Edital de concursos Nº 01/2006 – SUSEPE, o trabalho do agente penitenciário é assim descrito:

Item 5.2.1. AGENTE PENITENCIÁRIO:

- *Cuidar da disciplina e segurança dos presos;*
- *Fazer rondas periódicas;*
- *Fiscalizar o trabalho e o comportamento da população carcerária, observando os regulamentos e normas próprias;*
- *Providenciar a assistência aos presos;*
- *Informar as autoridades competentes sobre as ocorrências surgidas no seu período de trabalho;*
- *Verificar as condições de segurança física do estabelecimento;*
- *Verificar as condições de limpeza e higiene das celas e instalações sanitárias de uso dos presos;*
- *Conduzir viaturas de transporte de presos, quando habilitados para tal;*
- *Operar sistemas de rádio comunicação na área da SUSEPE;*
- *Assistir e orientar, quando necessário, o estágio de alunos da Escola Penitenciária;*
- *Registrar ocorrências em livro especial; efetuar registros de suas atividades e mantê-los atualizados, bem como elaborar relatórios periódicos dos mesmos;*
- *Orientar e coordenar trabalhos a serem desenvolvidos na sua área, por auxiliares de serviços penitenciários;*
- *Usar da responsabilidade inerente ao cargo, solicitando, se possível, ajuda policial na captura de presos evadidos, desde que tenha conhecimento da evasão e saiba o lugar em que se encontra o evadido, ou venha a se deparar com ele;*
- *Fiscalizar a entrada e a saída de pessoas e veículos nos estabelecimentos penais, incluindo execução de serviços de revistas corporais; efetuar a conferência periódica da população carcerária, realizar a identificação e a qualificação dos presos;*
- *Executar outras tarefas correlatas.*

Até o referido edital(2006), a escolaridade requerida era o ensino médio concluído, porém, em 2009, foi aprovado o Plano de Carreira da categoria, que altera a escolarização para Ensino Superior completo em qualquer área. A jornada de trabalho é de 160 horas mensais, com plantões de 24 horas de trabalho e 72 horas de folga ou de acordo com a necessidade da casa prisional.

4.3 O dia-a-dia das agentes na PFMP: O trabalho real e o educativo da prisão

As atividades diárias, envolvendo as apenadas, iniciam às 6 horas da manhã. Este momento se chama “alvorada”. É a hora de liberar as cozinheiras, apenadas que preparam o café de todas as outras presas e dos funcionários.

Às 6h30min começa a conferência. Neste momento, as agentes entram nas galerias e fazem uma chamada nominal para confirmar a presença de todas as apenadas. Às 7 horas é servido o desjejum para todas as presas. Àquelas que trabalham na cozinha, levam até as galerias o café e lá, outras presas são responsáveis pela distribuição do alimento. Às 8 horas acontece a troca de plantão. É o momento de “passar o serviço”. Sendo assim, as agentes que estão saindo, relatam para as que assumem, como foi o plantão, suas pendências e ocorrências. Às 8h30min começam os trabalhos nas empresas instaladas dentro da penitenciária. As agentes vão até os portões das galerias e liberam, conforme uma planilha, todas as inscritas nos referidos trabalhos. Neste momento são liberadas, também, as alunas que frequentam a escola do presídio no turno da manhã.

A movimentação na PFMP é muito intensa. Depois de liberar as trabalhadoras e as alunas, começam os atendimentos nos setores. Os mais solicitados são a enfermaria, o jurídico e o setor técnico (Psicologia e Assistência social). As agentes penitenciárias organizam toda a movimentação, inclusive a primeira triagem, certificando-se de quais são as reais necessidades das presas que solicitam os serviços. Para isso é necessário que as agentes conheçam as presas e suas necessidades. Como as empresas onde as apenadas trabalham estão espalhadas por toda a penitenciária e o controle sobre o que acontece no interior das mesmas é impossível também pelo baixo efetivo funcional, a maneira de *levar a cadeia*²⁴ baseia-se no diálogo com as apenadas, as quais transitam de um setor a outro, constantemente.

(...) aqui tu se arrisca bem mais [que nas penitenciárias moduladas], tu ta direto com elas [presas]... Eu acho que toda mulher deveria passar na feminina pra aprender a trabalhar com a mulher. Tu aprendes a trabalhar com toda a bagagem de vida que tem aqui (aponta a própria cabeça). Te passa uma garantia. Aqui te dá um diferencial no trabalho... tu fica mais confiante depois de trabalhar aqui. (MARGARIDA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

As agentes, durante as 24 horas de plantão, fazem ainda, as escoltas destas mulheres para atendimentos de saúde, ocorrências em delegacias, funeral de familiares... Enfim, as agentes estão com as apenadas na hora de sua sentença, de sua doença, do nascimento de seus filhos, das notícias de morte de seus familiares,

²⁴ *Levar a cadeia* é uma expressão utilizada para definir o modo de trabalhar das agentes a fim de controlar a tensão e a instabilidade da massa carcerária. No caso das mulheres são muito comuns atos isolados ou coletivos de rebeldia e enfrentamento. As mulheres reagem mais, embora com potencial agressivo pareça menor.

das brigas, das rebeliões, na hora da crise de abstinência, nos dias de visita em que não apareceu ninguém para ver a apenada... Então, pode-se dizer que as agentes, em contato permanente com as presas, acabam compartilhando seus problemas e buscando soluções, em parceria com os setores de suporte da PFMP. Podemos compreender que essas relações são educativas para ambas as partes, conforme expressa Girassol

Toda a presa que entra aqui, eu faço uma comparação com a minha vida. Por exemplo, o que elas sentem quando vai fechar 18 horas? Elas ficam atrás da porta... Deve ser horrível tu bater o cadeado e ficar ali atrás da porta. Aí tu sai pra rua e vê como é importante a tua liberdade e tu poder passar isso pra tua família, dar exemplos... Então pra mim, todo dia é uma experiência... Tudo pra mim é lição de vida... Uma presa que se preparou, esperou e a visita não veio, outra que perde o familiar e aí tu tem que consolar... Essa semana a presa perdeu o sobrinho, que ela criou, de 12 anos, com um tiro na cabeça, e aí a gente tirou ela da cela... Consolar e fazer o quê, né? (GIRASSOL, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

O almoço é servido a partir das 11h30min nas galerias e às 12 horas no refeitório, para as trabalhadoras. O serviço de nutrição fornece dietas especiais para quem tem algum problema de saúde (diabetes, hipertensão, anemia). Durante este intervalo de almoço, as presas que trabalham, tem acesso ao pátio. Às 13 horas as presas retornam do intervalo de almoço para o trabalho. A turma da aula da tarde é liberada. Geralmente, durante a tarde, há outras programações para as presas, sejam elas religiosas, de projetos em andamento ou eventos organizados pela própria SUSEPE, através da coordenadoria da Mulher. Às 17 horas encerram-se as tarefas laborais. As presas retornam para as galerias, recebem a janta, recolhem os lixos e é feita novamente uma conferência nominal e o “bate grades”²⁵. Esse é o momento em que as agentes entram em todas as celas, para observar se tudo está dentro da normalidade. Às 18h30min são liberadas as alunas que estudam no turno da noite. Neste turno, as agentes se ocupam de escoltas hospitalares, transferências para outros presídios e rondas noturnas.

A tensão e a instabilidade, presentes no ambiente prisional, bem como a necessidade da vigilância constante, por parte das agentes sobre o comportamento das mulheres aprisionadas, criam dificuldades para estas trabalhadoras refletirem e observarem mais calmamente o curso dos acontecimentos no seu fazer diário. Esse

²⁵ “Bate grades” é o ato de verificação através de batidas nas grades, se as mesmas estão íntegras. Tem a finalidade de evitar fugas.

exercício de distanciamento possibilitaria, como diz Josso (2006), tomar consciência da própria experiência, podendo significá-la e ressignificá-la. No entanto, o descaso com relação às agentes, tanto pelas equipes dirigentes²⁶ quanto pelos estudiosos que lá desenvolvem seus trabalhos focados na população encarcerada ou no próprio encarceramento, acabam por colocá-las no lugar da “não palavra”, da não participação, como objetos das propostas que “vem de cima”. Deste modo, não contemplam as necessidades nem das agentes no seu trabalho, nem das presas na sua situação de encarceramento. Assim, as agentes passam a desacreditar que seu fazer pode ser mais significativo, quando refletido e problematizado. Durante as entrevistas foi possível perceber algumas reflexões acerca desta necessidade de distanciamento, onde a entrevistada, ao contar sobre seus sentimentos em relação ao trabalho, reflete sobre a importância de poder falar, estudar e examinar suas práticas

... eu consegui fazer dessa proximidade, desse tipo de realidade que é tão triste, que também nos traz uma sensação de impotência, mas eu acho também que isso me tornou mais humana, não só isso: eu acho que pensar sobre isso e pensar buscando informações sobre isso, me tornou mais humana, porque se a gente só fica inserido nisso, há uma tendência de desumanização pra suportar isso, porque eu acho que em algum lugar, tu tem que fazer esse processo de expulsão dessas sensações e sentimentos que isso te traz, seja numa sala de aula debatendo, seja com um texto que vai te explicando porque aquilo acontece, é como fazer um tratamento, uma terapia. Eu acho que em algum lugar tu tem que fazer isso.” (ORQUÍDEA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Diante do que foi apresentado até agora, podemos considerar que a PFMP dispõe de uma estrutura física e organizacional com boas possibilidades de proporcionar um tratamento digno, humanizado e educativo para as apenadas, no entanto, na fala das agentes isso ainda não é efetivado na penitenciária. Procuraremos compreender melhor as razões disso no próximo capítulo.

²⁶ As direções de casas prisionais são cargos políticos, que tem sua passagem relativamente rápida pelas instituições, cada nova direção surge com uma nova proposta. Acaba sendo um constante recomeço, sem continuidade.

5. MULHERES QUE EDUCAM E SE EDUCAM NO CONTEXTO DA PRISÃO

Santos et all. (2012) realizou estudos junto às mulheres que integram as várias áreas da segurança pública do Rio grande do Sul, esse “gueto masculino”, salientando que esta inserção acontece num contexto específico. A crise no mundo do trabalho e a passagem de um regime militar para uma ordem democrática, acabam incidindo sobre as identidades profissionais policiais. Assim, num momento de democratização das outras instituições, as polícias também precisam imprimir uma nova forma de fazer, na nova sociedade que está se estabelecendo. Com a inserção das mulheres, o modelo repressivo, passa a se constituir um modelo mais de prevenção, de gestão burocrática e administrativa. Isso já nos aponta algumas percepções sobre a presença das mulheres, neste contexto. Nestes estudos, foram consideradas as dificuldades e o impacto das profissões ligadas à segurança pública sobre a vida destas mulheres. Também, são apontadas algumas fraturas no processo que busca a redemocratização, como a imprevisível ascensão das mulheres a postos de comando destas corporações, até então, consideradas reduto masculino.

No caso da SUSEPE, o ingresso de mulheres ocorreu a partir de 1968, já no primeiro curso de formação de agentes. Segundo Barcinski (2009), a participação das mulheres em um cenário predominantemente masculino, acaba por conferir a elas um lugar de poder, já que esta sociedade se pauta por valores androcêntricos. Este poder é vivenciado pela possibilidade de estar alinhadas com os homens, de desenvolver atividades masculinas, nessa sociedade patriarcal. A validação deste poder, no entanto, se dá mais fortemente entre as próprias mulheres, pela comparação e pelo distanciamento que acontece entre estas e as outras. Conforme Lagarde y de Los Ríos (2005), as mulheres têm a tendência de, muitas vezes, se comportarem como inimigas uma das outras, portanto, ocupar um lugar de poder, significa também estar em vantagem diante das demais.

Neste capítulo, trataremos de analisar, com base nas entrevistas realizadas e na observação do trabalho das agentes, como a trajetória de vida, a formação, os estereótipos e a estrutura física interagem e interferem nas relações (sempre educativas) que acontece entre presas e agentes na Penitenciária Feminina.

5.1 Trajetórias de vida e formação

O processo é pôr-se a caminho, nessa busca de compreensão de si, de componentes de nossa história, de tomadas de consciência do que nos move, nos interessa nos guiar, nos atrai. (JOSSO, 2006, p.369)

Segue, abaixo, uma breve caracterização de cada agente entrevistada, com o objetivo de situar o leitor. Salienta-se que os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes de flores, a fim de manter o sigilo. Conforme já explicitado, foram escolhidos nomes de flores que, de alguma forma, lembram características de cada agente, o que também destacamos no quadro abaixo.

Entrevistada	Idade	Procedência	Ocupação anterior	Estado civil	Grau de Instrução	Tempo de serviço SUSEPE (anos)	Tempo de serviço na PFMP (anos)
DENTE DE LEÃO Liberdade, otimismo, esperança.	27	Santiago	Costureira industrial, vendedora	Relação estável	Superior em andamento (psicologia)	5,8	4,6
ORQUÍDEA Sensibilidade, Idealismo, Inteligência.	37	Porto Alegre	INFRAERO(administrativo), estudante/bolsista	Relação Estável	Mestrado	6	5,8
COPO DE LEITE Independência, Espiritualidade, Alegria.	46	São Gabriel	Comércio/vendas	Relação estável	Superior incompleto (Ed. Física)	11	10
GIRASSOL Entusiasmo, Vitalidade, Movimento.	44	Cachoeira	Recepcionista	Relação estável	Curso Tecnólogo em gestão pública	20	15
MARGARIDA Simplicidade, Ousadia, Mansidão.	45	Santa Rosa	Secretária, contabilidade	Relação estável	Superior incompleto (Direito)	10,6	5,3

No primeiro bloco de perguntas foi solicitado que as agentes falassem sobre suas trajetórias de vida, onde foram buscados “*elos de ligação*” (JOSSO, 2006) entre

as experiências de vida e a formação, os quais possam ter contribuído para a escolha desta profissão. Essas relações se fazem necessárias pela peculiaridade que abarca esta escolha. Dentre outras, o fato de esta profissão estar inserida num mundo de predomínio masculino: a segurança pública. Percebemos, no decorrer das entrevistas, que isso não acontece ao acaso, mas no entrelaçar de uma multiplicidade de laços simples ou complexos. Neste sentido, concordamos com Josso sobre a necessidade de “compreender como essa história se articula como um processo - o processo de formação – que pode ser apreendido mediante as lições da lembrança que articulam o presente o passado e o futuro” (2006, p. 378).

As agentes da PFMP, entrevistadas nesta pesquisa, são procedentes de diferentes localidades do Estado, e lá exerciam profissões diversas, vinculadas às possibilidades permitidas pela formação escolar e oferta de mercado. Segundo seus relatos buscavam, primeiramente, a estabilidade financeira através de concursos públicos e posteriormente uma identificação profissional. Embora algumas neguem as influências familiares ou da própria personalidade na escolha pelo trabalho na SUSEPE, apareceram constantemente referências aos parentes ou amigos que atuavam em áreas próximas (policiais, bombeiros ou agentes) aos quais admiravam ou que as auxiliaram nesta caminhada.

Para essas mulheres, a prioridade de suas vidas está focada na manutenção de laços familiares, principalmente com os filhos e os pais, ainda mantendo as características compreendidas socialmente como femininas. Mesmo assim, a maneira como as entrevistadas articulavam e retomavam a narrativa sobre suas trajetórias e as influências deste trabalho em suas vidas, deixam indícios de rupturas em seus modos de estar no mundo tencionando os discursos sobre os papéis socialmente constituídos para as mulheres. O discurso social vigente (BARCINSKI, 2009; ESPINOZA, 2002; LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005) considera o lugar da mulher, marcado pela dependência, fragilidade, obediência, silêncio, resignação e o cuidado do outro. Nas entrevistas, no entanto, essas mulheres aparecem assumindo o protagonismo de suas vidas. Suas colocações apontam para o gosto pelo desafio, a busca de “ação”, o desejo de liberdade, o fato de se tornarem mulheres mais fortes e, neste sentido, uma vontade de se tornarem “mais frias” para lidar com situações onde precisam se impor como autoridade e tomar atitudes prontas e firmes. Se pensarmos na sociedade androcêntrica em que vivemos, essas manifestações estariam mais vinculadas a um modo masculino de ser, embora possamos

questionar se autoridade e amorosidade, como definiu Freire, não são conceitos que se articulam. Uma das entrevistadas declarou: “...*me indignei, botei uma mochila nas costas, uma passagem, R\$ 30,00 no bolso e fui pra Florianópolis, pra trabalhar em qualquer coisa que aparecesse*” (Dente de Leão, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012). Outras manifestaram:

Eu me tornei mais independente, mais confiante nas coisas que eu faço. Até, às vezes, um pouco mais dura, nos sentimentos... em algumas situações a gente se torna uma pessoa mais fria, em relação à morte, doença.. a gente já consegue enfrentar com outra visão... isso me deu bastante força. (GIRASSOL, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Eu era casada, trabalhei como secretária até ganhar minha filha e depois fiquei cuidando dela. Sempre gostei de ação e essa profissão, depois, vivenciando, ela é ação... não é aquela coisa “sempre”, tipo contabilidade, que é a mesma coisa sempre. (MARGARIDA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

No relato de Orquídea, descrito abaixo, também é possível pensar num rompimento com um projeto de vida, o qual carregava uma preocupação com a expectativa dos outros sobre ela. Comportamento que também está inscrito numa prescrição do jeito feminino de ser. Sua fala aponta para a ousadia/coragem de mudar de direção e imprimir *seu jeito* no caminho à sua frente. Essa atitude de autonomia parece ter reafirmado sua autoestima

À princípio, eu pensei que fui criada para estudar, e até eu decidir de fato fazer o curso [para agente] era neste sentido que eu achei que caminhava. Pra mim, fazer o concurso significou aceitar que aquele plano de vida que eu tinha, não tava dando certo. Quando eu cheguei no sistema eu pensei: aqui vou fazer do meu jeito (...) Eu acho que me tornei mais real porque tem certas experiências, que é o que se vive como preso dentro do sistema, que se a gente não se aproxima, a gente não conhece, a gente só ouve falar, imagina. (ORQUÍDEA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Quanto à preocupação com a formação, as agentes se referem ao curso, para o ingresso na profissão, ofertado pela Escola do Serviço Penitenciário, de diferentes formas. É possível perceber que houve um significativo avanço (desde 1968) no sentido de preparar as agentes para o exercício desta função. As entrevistadas com mais tempo de serviço, que frequentaram o curso há mais de 10 anos, referem um preparo muito superficial. Uma das entrevistadas declarou

...tivemos duas aulas de tiro, defesa pessoal – bem pouquinho - e foi um curso muito rápido... tanto é, que eu tive um choque quando vi a primeira revista. Eu acho que o curso não teve muito esclarecimento... fui aprender a revistar no presídio central...(GIRASSOL, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

Nesta época, os cursos eram voltados para uma atuação mais repressora. No relato das que fizeram o curso mais recentemente, o curso aparece como tendo propiciado uma boa base para a atuação, tanto na prática quanto na teoria, conforme está explícito na fala de Dente de Leão: *“O curso foi muito bom! Deu uma boa ideia do Sistema e de como se trabalha nele: da legislação, de direitos humanos à uso de arma e defesa pessoal”* (Trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

Podemos dizer que os cursos de formação vêm se ajustando a outros discursos oficiais em torno da segurança pública, visando à educação e reinserção social das pessoas privadas de liberdade. Neste contexto, a Escola dos Serviços Penitenciários pretende “apresentar aos servidores que estão ingressando o que é uma instituição total e as dinâmicas que ali interagem, considerando os aspectos éticos e valorizando os Direitos Humanos” (NERY, 2011 p. 45), além de promover a formação continuada dos mesmos.

Em relação ao PRONASCI, todas as entrevistadas sabiam do que se tratava de modo geral, e somente uma não deu sequência aos cursos da REDE EAD/SENASP²⁷ ao qual se inscreveu. A qualidade dos cursos oferecidos pela escola virtual é elogiada pelas participantes que, continuamente, aproveitam essa possibilidade de formação. Além dos cursos da SENASP, a maioria das entrevistadas busca outras formas de se instruir. Uma das participantes relatou com entusiasmo a sua formação num curso especificamente destinado ao trabalho com mulheres em situação de privação de liberdade. Este curso é oferecido pelo DEPEN, articulado com a SUSEPE e a ESP (Escola dos Serviços Penitenciários) e está em sua primeira edição. A formação é considerada muito importante para o melhoramento do desempenho de suas funções, conforme Orquídea

Eu tenho certeza que instrução, formação, aperfeiçoamento surtem resultado na ponta, no trabalho. Porque ninguém que entre numa sala

²⁷ Uma das ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, no sentido da formação e aperfeiçoamento dos trabalhadores da Segurança Pública foi a criação da escola virtual REDE EAD/SENASP, que oferece cursos variados nesta área.

de aula e reflita sobre o que faz, continua fazendo a mesma coisa que fazia, sem refletir. Isso tem resultado junto à mulher presa. (ORQUÍDEA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Com relação à formação foi possível perceber que dependendo do campo onde ela se dá, também reflete nas concepções das agentes e, portanto, no educativo do seu fazer. É possível perceber que quando a formação se dá nas “ciências humanas”, as entrevistadas desenvolvem seus argumentos e seu trabalho baseado num discurso mais humanista, pautado no diálogo, na compreensão (conforme entrevistadas Dente de Leão e Orquídea). Quando a formação está num contexto mais técnico, as agentes abordam as características mais operacionais do trabalho, pontuando sobre a importância da disciplina, da autoridade e da organização (conforme declarado por Margarida, Girassol e Copo de leite), como podemos verificar nas discussões posteriores.

Neste sentido, Makarenko em sua obra “*Poema Pedagógico*” relatou que sua equipe era composta por pessoas de características e habilidades diferentes. Em vários momentos, o autor deixou claro que essa composição é essencial para que sejam contempladas todas as dimensões do educativo, pois cada situação exige um tipo de intervenção e um *coletivo* de educadores diversificado, pode dar conta de maneiras mais satisfatórias de conduzir o processo educativo como um todo. As diferenças serviriam para equilibrar e reduzir os atritos do coletivo.

Pensando, então, sobre este bloco de questões, podemos dizer que a escolha por esta profissão, não foi uma escolha neutra, mas influenciada por laços familiares ou de amizade e traços de personalidade. Esta escolha promoveu rupturas no modo de ser e estar no mundo para essas mulheres e a formação, tanto pela experiência como a acadêmica, reflete nas relações educativas que se estabelecem entre agentes e presas.

5.2 O diferencial do trabalho na Penitenciária Feminina Madre Pelletier: como se aprende e como se ensina neste lugar

Se o fato de ser agente penitenciária traz em si a carga de um estereótipo pouco grato na sociedade em geral, dentro do sistema prisional, trabalhar na PFMP, pode ser considerado um castigo. A agente Orquídea, que teve sua transferência para a PFMP em função de ser uma das líderes de um movimento reivindicatório por

melhores condições de trabalho em um presídio de segurança máxima, conta que sua punição foi ser transferida para lá. É importante destacar que na SUSEPE, visto ser comandada em sua maioria por homens, é comum o entendimento de que, transferir uma agente para a PFMP, significa mostrar-lhe o seu lugar de mulher que precisa aprender a se submeter às determinações masculinas, reiterando as conclusões de Lagarde y de Los Ríos (2005). Porém, assim como as detentas, as agentes demonstram uma grande capacidade de reinventar seus cativerios (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2006) e, inclusive, passam a gostar de trabalhar na PFMP. Todas as entrevistadas já trabalharam em outros presídios e são unânimes em afirmar que a PFMP tem peculiaridades bem acentuadas, citando a estrutura física e as questões de gênero como fatores que alteram a maneira de trabalhar

Aqui na Feminina é peculiar né, aqui tu tem contato direto com elas... e a segurança é zero... Aqui tu tem que ter outras estratégias, um jogo de cintura pra trabalhar, é muito mais na conversa e tem essa diferença também pelo fato de serem mulheres. Se essa cadeia aqui, com essa estrutura que ela tem, fosse masculina, nunca teria dado certo, já teria ido a baixo né? Os homens são muito mais violentos. E a mulher, muitas vezes, na conversa tu consegue resolver. As vezes ela tá num estado de sofrimento e você conversa e... resolve. (DENTE DE LEÃO, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

...é muito diferente trabalhar entre homens e entre mulheres. Ele é menos detalhista, me parece... se prende menos a determinadas coisas e ela já coloca mais em evidência. Gosto de trabalhar aqui também porque me sinto de igual pra igual com elas, pela minha condição de mulher e porque temos um contato direto, conhecemos a presa. (ORQUÍDEA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

As agentes relatam que as relações neste espaço exigem atenção, disposição, tranquilidade, escuta e postura. Esta aproximação entre estas mulheres (agentes e detentas) possibilita pensar, a partir de Lagarde y de Los Ríos (2005), que a condição de gênero e as características de transgressoras observadas nas agentes, reforçam essa identificação. As presas representam aquilo que poderiam vir a ser, caso passem dos limites impostos pelas regras sociais. Através do convívio com as presas, é possível pensar que as agentes confrontam sua realidade e compreendem melhor seus próprios cativerios, pois as detidas concretizam, de certa forma, as prisões de todas as mulheres.

Pra mim, trabalhar com as mulheres é tranquilo. Não é mais fácil, mas eu gosto de trabalhar aqui... Porque já aprendi muita coisa... Hoje eu já consigo ser tranquila... Primeiro eu vou pra conversa, vou buscar a solução, se eu tô

com a razão, tô certa... aí eu faço a presa enxergar que ela tá errada de maneira tranquila. (GIRASSOL, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

.. o homem, ele te respeita bem mais, a mulher é mais debochada. O homem não vai te dizer palavrão, a mulher diz palavrão, ela não cuida pra falar as coisas... a força do homem tá na violência a da mulher tá na palavra. E com uma estrutura destas, que elas ficam soltas na nossa volta, tem que ter autoridade, saber o que faz, ou tu não aguenta. Pra trabalhar aqui tu tem que tá bem contigo mesma. (MARGARIDA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Podemos entender, a partir deste bloco, que as agentes reconhecem a estrutura física como algo que modifica seu modo de trabalhar e se relacionar com as detentas, exigindo outro preparo, estratégias diferentes para vigiar e impedir comportamentos indesejáveis, por parte das presas. Também pontuam que o fato de serem mulheres que trabalham com mulheres, apesar de não ser mais fácil, é mais significativo tendo em vista a identificação de gênero que acontece. E por considerarem que a *“força da mulher está na palavra”*, conforme Margarida, procuram o diálogo e a firmeza da própria postura como estratégia para se relacionar, educar e disciplinar as detentas. Neste sentido, Makarenko (1986) propõe a educação através de uma disciplina refletida, na qual o indivíduo compreenda o porquê e para quê de se cumprir determinada regra, dentro de um processo educativo e formativo.

5.3 A percepção das agentes sobre o educativo de seu trabalho

Os dois últimos blocos de questões, da entrevista realizada com as agentes, tiveram a intenção de perceber as concepções destas acerca da relevância social de seu trabalho e do caráter educativo das relações que se estabelecem neste espaço. Inicialmente foi conversado com as entrevistadas sobre o papel social dos presídios onde apareceram, de maneira crítica, as definições de *“gaiola para guardar gente”* (Girassol), *“máquina para acabar com os pobres”* (Margarida) e *“excluir os que vivem à margem”* (Orquídea). Salientaram ainda que o presídio é para uma camada da sociedade

Infelizmente é para deter os pobres, os mais necessitados... os que tem menos escolaridade, os que vem de uma família toda complicada, sem uma

base familiar. Pra mudar tem que ter um governo atuante. Na época de eleição eles falam e falam... Mas no frigar dos ovos é sempre a mesma coisa. (COPO DE LEITE, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

No entanto, quando se volta para a PFMP, esta agente reformula o discurso, reconhecendo outro tipo de intervenção do Estado no sentido de, no momento atual, haver uma preocupação maior em propiciar acessos básicos importantes para as apenadas. Porém reconhece que este mesmo Estado não garante a continuidade destes acessos quando as presas saem em liberdade:

Na verdade aqui é feito um trabalho muito melhor do que se as pessoas estivessem na rua, porque aqui elas têm todos os atendimentos, tem técnico, tem médico, que lá [na rua] elas não teriam. Claro que isso não é o ideal, seria bom se elas conseguissem se reinserir na sociedade, mas a gente sabe que é difícil. Aqui elas tem a oportunidade de aprender e se melhorar, basta dizer, que entram presas aqui doentes: anêmicas, TBC, AIDS... e saem bem recuperadas, porque tem todo um atendimento. Então, vendo por este lado, aqui elas podem melhorar muito. Mas a sociedade, quando elas saem já não oferece uma continuidade a isso e elas não podem ficar eternamente presas. (COPO DE LEITE, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Ao falar sobre o perfil da massa carcerária da PFMP, as entrevistadas reafirmam a função dos presídios de promover uma segregação dos que vivem à margem da sociedade. As mulheres presas, nas falas das agentes, são majoritariamente uma camada popular e muitas vezes o que se oferece para elas, enquanto possibilidade de defesa, não é um serviço sério e nem eficiente. Isto fica explícito na fala de duas agentes.

No fundo tu não tá oferecendo isso a essas pessoas, o que se oferece é um rito, que se assemelha ao rito daquele que de fato tem condições de ter um advogado. ... mas o empenho desse defensor jamais vai ser igual ao empenho de um advogado muito bem pago. (ORQUÍDEA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

A maioria [das mulheres apenadas na PFMP] vem do tráfico. Veio porque seus maridos estão presos e elas ficaram assumindo as suas bocas de fumo e acabam vindo, outras são presas que não vão largar nunca essa vida do 155²⁸, vão pra rua, não querem trabalhar... a maioria vive em vilas, algumas até embaixo de viaduto, mas a maioria é vila... tão sempre voltando. As do tráfico entram por assumir as bocas e às vezes até entram inocentes se dá pra se dizer isso... mas aqui na Feminina é isso hoje, é tráfico e 155. (GIRASSOL, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

²⁸ 155, nesta fala se refere ao art 155 do Código Penal Brasileiro, que criminaliza o furto simples. No caso da PFMP, grande parte das apenadas respondem por este delito embora ele esteja geralmente relacionado ao uso de drogas. As presas furtam para pagar as dívidas junto aos traficantes.

Neste sentido, Barcinski (2009) afirma que mulheres envolvidas em crimes justificam seus delitos enfatizando sua função de cuidadora e que seu envolvimento ocorre frequentemente na tentativa de proteger suas relações pessoais e afetivas, ora em função de relações amorosas estabelecidas com homens criminosos, ora em função das dificuldades encontradas para sustentar seus filhos.

Conforme Lagarde y de Los Ríos (2005) a prisão como reclusão não é algo que as mulheres desconhecem, pois, por sua própria condição de gênero, são todas cativas. Porém, para a mulher, segundo a autora, a prisão é acompanhada de outras penas, que incluem o afastamento da família. Esta, é outra distinção presente nas falas das agentes: *“o homem vai preso sozinho, a mulher leva a preocupação com os filhos e os problemas da rua junto pra cadeia. Isso é o que mais pesa na cadeia das mulheres”* (Girassol, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

Todas as agentes entrevistadas consideram seu trabalho importante e necessário socialmente. Dente de Leão salientou: *“A gente tem que trabalhar, sabendo o que tá fazendo e porque tá fazendo e pensar que não é só um trabalho, é uma maneira de contribuir com a vida das pessoas, com a sociedade toda* (Dente de Leão, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012). Em boa medida, sentem-se responsáveis pela tentativa de ressocialização das apenadas, sendo capazes de ensinar algo para melhorar a convivência dessas pessoas na sociedade e também aprender com elas. Podemos compreender este princípio, através da fala de Girassol:

Te cansa no dia a dia, mas de cada dia vivido aqui, pra mim eu levo uma lição.. por mais que eu me decepcione com alguma coisa, eu tiro uma lição pra mim: a paciência com a presa, tem que ser tranquila... tudo tem que pensar duas vezes antes de agir... tudo o que eu faço aqui eu tenho que fazer pensando no próximo passo... e isso é importante... (GIRASSOL, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

De acordo com as entrevistadas, o exercício deste trabalho se constitui num desafio pessoal e humano que as colocou em contato com uma realidade, cuja visão foi se alterando com o passar do tempo e o exercício na profissão de agente. Neste contexto de trabalho, as agentes atuam diretamente com pessoas que possuem as mais variadas trajetórias de vida, possibilitando um exercício de amadurecimento e a ampliação da própria experiência. Segundo Orquídea:

Meu trabalho é um desafio, porque a gente vive os extremos das sensações. Vive o extremo da sensação de colocar a vida em risco, vive o extremo da sensação de estar próximo das pessoas que a sociedade entende como mais perigosas... a sensação de ter que fazer acontecer independente de medo e vive o extremo da sensação de estar diante das condições deploráveis que se oferece para essas pessoas. Então é um desafio humano. (ORQUÍDEA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

Aparece também, certa descrença no resultado da ressocialização e um desejo de mudança, a fim de tornar o seu trabalho, de fato, mais relevante socialmente, conforme o destaque de Margarida:

Eu acho importante... só queria poder mudar... como seria bom tu poder resgatar de fato as pessoas. Se tu pensar que nunca vai conseguir essa ressocialização, do jeito que as coisas são, é desanimador. Mas, às vezes uma palavra que tu fala, ajuda ...isso surpreende a gente. (MARGARIDA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

Ao falarmos sobre o que seria, para as entrevistadas, o resultado ideal de seu trabalho e o que seria necessário para a concretização de tais idealizações, foi possível perceber uma reflexão bastante atenta sobre tais questões, evidenciando concepções de Educação. As necessidades de mudança a partir da educação/instrução das apenadas e das agentes, estiveram presentes em todas as falas. Com relação às presas, essa educação aconteceria de forma articulada e precisaria privilegiar a disciplina através do trabalho, do estudo, da profissionalização/formação, também, o envolvimento do setor técnico (Psicólogas, assistentes sociais, advogadas) numa proposta educativa única.

Para Dente de Leão, o resultado ideal de seu trabalho estaria vinculado a poder proporcionar às detentas instrução e educação, a fim de que, sabendo uma profissão e conseguindo “*pensar por si*”, não precisassem recorrer às ações ilícitas para sustentar-se, quando em liberdade. Ao ser questionada sobre o que seria necessário para viabilizar isso, esta agente refere a necessidade de uma proposta conjunta, a articulação entre os setores, a autonomia e a capacitação da equipe “*em torno de um pensamento único*”, que aqui, não se refere aos dogmas da Educação tradicional, mas sim a um projeto pedagógico pensado para as apenadas, coletivamente. Entre suspiros, Dente de Leão declarou

se a gente conseguisse trabalhar de modo parecido, e pudéssemos ter um contato mais fluido com o setor técnico, pudéssemos nos sintonizar, para

agilizar algumas coisas.... mas a gente não consegue. (DENTE DE LEÃO, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Esta agente parece conceber a educação trazendo alguns pressupostos de Makarenko (1986), Freire (2007) e Pinto (1982), salientando a valorização do coletivo, da autonomia, dos processos educativos em diferentes espaços e tempos, considerando, também, as relações, dizendo que a contribuição de seu trabalho, no sentido promover as referidas idealizações, é através do exemplo e da postura disciplinada.

Elas vêm de uma baixa escolaridade, de uma história de vida complicada, uma base familiar desestruturada, e se ela chega aqui e encontra uma pessoa que lida com ela no mesmo nível de agressividade dela, no que ela vai se espelhar? Essa função do outro, essa função do espelho, acho que é muito importante. É como uma criança que tá precisando de limites e que o pai ou a mãe devem fazer essa função. Nós somos um pouco isso aqui. Claro que nem sempre pode ser assim né? A gente sabe que muitas vezes tem que se impor, impor disciplina, às vezes a conversa não resolve e tem que usar outros meios, levar pro isolamento... nem tudo é bonito, nem tudo são flores. (DENTE DE LEÃO, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

A fala de Orquídea, sobre o resultado ideal de seu trabalho, refere a importância da conscientização, da autodisciplina, da articulação do setor técnico, no sentido de um fazer para além do *rito*, do fazer de conta, que culmina por não contribuir no processo humanizador das apenadas e das agentes. Orquídea afirma que o trabalho das agentes no “Madre Pelletier” envolve relações humanas, como é possível perceber em sua fala.

Eu queria que quando a gente chegasse na porta do presídio, encontrasse pessoas muito conscientes do seu lugar, pessoas que fossem disciplinadas e exigissem disciplina, mas com consciência e amorosidade, porque está lidando com pessoas e elas precisam disso e isso não é mau pra elas – ser disciplinadas... Gostaria que tu passasse no serviço técnico e que cada técnico tivesse um projeto diferente, tentando implantar uma metodologia de trabalho diferente – algo diferente – que não fosse simplesmente cada um sentado numa cadeira de cada lado de uma mesa. Que criassem possibilidades para a presa, ler, aprender, discutir... que tivesse mais possibilidades de beleza, de música, coisas que inspirem de uma maneira positiva a alma. Que em cada posto as pessoas estivessem conscientes de que elas lidam com pessoas, capazes de buscar aquilo que lhe faça bem, porque eu acredito que pessoas que estão buscando a sua felicidade de uma maneira digna tem uma grande tendência a oferecer isso por outro. (ORQUÍDEA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Orquídea aponta para uma concepção de educação, onde seria necessário considerar o desejo e as emoções das apenadas, salientando que “*se tu não mexe nas emoções, nos valores, nos princípios das pessoas, como que tu vai esperar um resultado?*” (Orquídea, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Refere que não adianta ensinar o conhecimento técnico de uma profissão se a apenada não está sensibilizada para construir a sua vida a partir do trabalho. Segundo Orquídea, é preciso construir esse lugar de possibilidades e de aprendizagem para que a pessoa consiga se pensar a partir disto. Esta agente refere que a penitenciária acaba mantendo a mesma estrutura de violência simbólica que as mulheres vivenciam em outros lugares e que é esta estrutura que precisa ser modificada, pois a sociabilidade destas pessoas se constrói dentro de uma realidade violenta (tráfico, armas, violência física). Sendo assim, segundo expressou Orquídea

se não modifica isso, e larga ela pra rua, como quer que ela seja outra coisa? Como, sem dar nada de diferente aqui dentro, tu quer que ela saia lá fora e ela não busque as mesmas coisas? Porque é isso que ela reconhece. (ORQUÍDEA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Nas falas de Margarida aparece uma concepção de educação baseada nos talentos e vontades individuais. Sendo assim, percebe-se que a educação (que neste ponto confunde-se com escolarização) tendo por base o mundo capitalista em que vivemos, se torna um forte instrumento de dominação social, responsabilizando o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso. Fracasso este, que é entendido aqui, como outra forma de violência contra essas mulheres já fragilizadas socialmente. Margarida atribui ao trabalho o poder de ressocializar e *tornar a presa uma pessoa novamente*. Ao falar sobre o resultado ideal do trabalho diz

Que tu conseguisse ver as pessoas assumindo os erros... a grande maioria acha que a gente é culpada de elas estarem aqui. Tu conseguir voltar a ser uma pessoa... tu conseguir sair e trabalhar... [se referindo às presas]. Que deixassem de desculpas... qualquer um, basta querer que muda. Queria ver essa força de vontade nas presas. Eu queria que elas saíssem de cabeça erguida... Que eu encontrasse elas trabalhando em algum lugar... “errei, mas paguei”... Teria que ser mais cobrado, até no fato delas ter uniforme, de respeitar... é difícil conscientizar as pessoas. Talvez através de reuniões, palestras, filmes... Buscar trazer para a realidade. Porque sempre a qualquer hora tu pode se tornar uma pessoa melhor, mas tu tem que querer... Tem que partir da pessoa. (MARGARIDA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

No entanto, no decorrer da conversa, após algumas considerações e questionamentos sobre o contexto social destas mulheres e sobre o fato de a

realidade delas não ser a mesma na qual se tenta inseri-las, lembrando citações da própria entrevistada, ela reflete e reconsidera:

É ... realmente é bem mais difícil pra elas... Teriam que matar 2 leões por dia... mas isso engloba todo o contexto de uma sociedade que vem desde o princípio errada. Eles querem criar cadeias, não pra mudar a situação, eles querem esconder gente em vez de mudar a sociedade em si. Talvez tivéssemos que mostrar outros valores pra presa... a presa fala: “eu não matei, eu só trafiquei”... Mas quantas famílias ela destruiu com o tráfico? Fazer ela pensar sobre isso. (MARGARIDA, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012)

Esta modificação no discurso após uma rápida reflexão conjunta, uma reavaliação da realidade que cerca o trabalho da agente, corrobora, neste entendimento, a importância da formação. O desejo de mudança, o gosto pelo trabalho e o reconhecimento de sua importância, a percepção da vulnerabilidade destas mulheres presas está presente nas falas das agentes entrevistadas, no entanto, a ausência destes momentos de estudo, reflexão, formação sobre a própria prática, certamente comprometem a necessária transformação da realidade da prisão e do próprio trabalho na PFMP. Neste sentido, pensando que nas relações educativas não há neutralidade e sim a manifestação concreta de nossas crenças, podemos supor que, nesta situação, há uma reprodução do discurso e possivelmente de atitudes que mantém essas mulheres presas num lugar de segregação e inferiorização. O que se dá para aqueles de quem pouco se espera?

Para Girassol, o trabalho aparece como princípio ressocializador, pois tem as funções de ocupar o tempo ocioso, ensinar a pensar e possibilitar/ensinar a assumir compromissos e responsabilidades. Segundo esta agente, as presas que desistem da aula, do trabalho ou dos projetos, tem dificuldades para regrar-se e a contribuição de seu trabalho como agente para a ressocialização das apenasas “*é a conversa o diálogo e a postura de fazer a coisa certa na hora certa. Ser firme quando precisa ser firme, ser tranquila, ter senso de justiça e agir*”. Quando fala sobre o resultado ideal do seu trabalho, declara:

O que eu acho bem importante é as presas estudar e trabalhar... Quem fica na galeria teria que ir pra escola. Porque ela vai se ocupar, vai aprender, de repente vai despertar nela alguma coisa que vai fazer ela pensar e se preparar para sair dessa vida de crimes. Todas tinham que ter um compromisso... A Casa (PFMP) tem uma escola que funciona nos três turnos. Então minha regra seria: quem não trabalha vai pra aula, vai ter uma responsabilidade, porque senão ela dorme até às 10 horas, almoça, dorme

de novo... Muitas não sabem ter compromisso com nada, elas precisam aprender isso, ter uma responsabilidade – ou o trabalho ou a escola. Eu queria que elas saíssem daqui mais conscientes da situação delas... entrou aqui sem saber ler nem escrever (muitas são assim) e saiu com a consciência de que é importante ler e escrever, e aprendeu com os cursos, e participou das coisas. É isso que falta, é isso que faz a gente se sentir gente.(GIRASSOL, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

Para a concretização destes ideais, as agentes citam, para além da importância da articulação entre os setores da PFMP, como já descrito, investimentos em cursos profissionalizantes, formação, material e efetivo funcional. Como limitadores de uma ação educativa articulada e intencional apontam: a compartimentação dos setores de trabalho (mais uma vez); o estereótipo sobre o agente dentro do próprio sistema prisional, que acaba servindo para justificar a apatia e o fracasso de outros setores (como a escola, que alega a pouca frequência porque as agentes não liberam as presas); a falta de um projeto integrador; as constantes mudanças de direções, onde a casa prisional é dirigida, muitas vezes, por pessoas que “vem de fora” e não conhecem as necessidades e características do lugar, constituindo um estado de recomeços com futuro incerto; e os processos avaliativos que servem mais para silenciar vozes descontentes do que para avaliar o processo de trabalho do servidor.

De modo geral podemos pensar, a partir das conversas deste bloco, que as agentes apontam como resultado ideal de seu trabalho um projeto que articule educação, instrução e profissionalização, a fim de criar reais oportunidades para o retorno das detentas ao estado de liberdade. O trabalho aparece como princípio educativo, onde as apenas podem descobrir suas habilidades, desenvolver a sensibilidade, aprender ofícios, obter conhecimentos, disciplinar-se (cuidando de si e do lugar onde vivem).

Por fim, como último bloco de perguntas da entrevista realizada, foram discutidas situações cotidianas do trabalho na PFMP, onde procuramos indícios, nas falas das agentes, sobre a percepção (ou não) da dimensão educativa de seu fazer. A proposta foi a seguinte: foram feitas várias fichas, contendo descrições de situações cotidianas da PFMP nas quais as agentes, necessariamente, devem tomar uma posição. Aleatoriamente, a agente entrevistada escolheu uma das fichas para falar sobre as atitudes possíveis diante da situação descrita. Foi possível perceber que tão logo as fichas eram lidas, as agentes relatavam uma situação verídica semelhante e falavam de sua postura diante do fato. As decisões práticas das

agentes eram coerentes com seus discursos e concepções já discutidos anteriormente.

Na briga entre detentas, descrita na ficha de Dente de Leão, ela propôs isolar a agressora a fim de ensinar-lhe que toda a ação tem uma reação e que não se pode agredir seus pares impunemente. “*Não soube conviver com as demais, fica sozinha por um tempo*”, declarou. Disse, também, que conversaria com a agredida e encaminharia a situação aos procedimentos legais (DP e DML)²⁹. Perguntada sobre uma atitude que não tomaria, ela respondeu: “*Eu não faria de conta que não vi, pois isso iria reforçar e naturalizar mais ainda a violência entre elas*” (Dente de Leão, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

Na revolta de um grupo de detentas proposta na ficha da Orquídea, ela opta por definir a estratégia de ação com a colega do posto, pedindo que as presas se organizem e escolham uma representante para falar em nome das demais. Afirma que isso ensina as presas a desenvolver a capacidade de se expressar e elaborar suas necessidades no próprio grupo e para outros, proporcionando o empoderamento das mesmas pelo uso adequado da palavra.

Na situação sorteada por Copo de leite, ela recebe um bilhete ilegível da mão da presa, que lhe recomenda, com ares de seriedade, a urgência de providências. Copo de Leite disse que nesta situação chamaria a presa em particular e procuraria saber o que ela estava precisando. Segundo ela, sua atitude ensina “*que me importo com ela, se eu virar as costas, ensino que ela é o lixo que a sociedade, de muitas formas, diz que ela é*” (Copo de Leite, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

Na ficha sorteada por Margarida, a situação descrita é que num dia de trabalho, as presas se apresentam um bom tempo depois do horário, dizendo que se atrasaram. A agente diz que não liberaria as mulheres numa situação como esta. Afirma que sua atitude ensina a aprender a conviver com as regras. Destacou: “*Se eu liberar elas hoje, amanhã serão mais outras tantas que virão atrasadas e isso também ensinaria, só que ensinaria que elas podem continuar se atrasando e sendo irresponsáveis*” (Margarida, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

Girassol retirou uma ficha onde constava o seguinte: a presa não gosta da comida e joga no corredor da galeria e profere palavras de baixo calão às

²⁹ Sempre que há uma situação de agressão a agredida é conduzida a Delegacia de Polícia para registro de ocorrência e posterior ao Departamento Médico Legal para averiguação das lesões e, se necessário ao atendimento médico de emergência.

cozinheiras e agentes. Girassol diz que a presa deve limpar onde sujou e ser isolada. Isso ensinaria a respeitar quem fez a comida, às detentas que convivem na galeria e às “funcionárias” da casa. Salientou, por fim, que: *“Se eu não tomar uma atitude, ela vai se tornando poderosa na galeria e daqui a pouco, além de jogar a comida vai fazer outra presa limpar o que ela sujou, e daí.... estamos criando os monstros...”* (Girassol, trecho de entrevista realizada em outubro de 2012).

Podemos perceber, após estes relatos, que as agentes, mesmo que sem verbalizar isso abertamente, reconhecem que seu trabalho abarca uma dimensão educativa, na busca por reciprocidade (pelo menos na tentativa de que ela ocorra), pois sempre destacam que tal atitude “ensinaria à presa” determinada regra ou princípio. E esse educativo do convívio com as apenadas, por certo ensina também as agentes a lidar com os desafios, tensões e conflitos existentes na prisão. Podemos pensar também que, mesmo sem conhecer Álvaro Vieira Pinto, Anton Makarenko, Paulo Freire ou Carlos Rodrigues Brandão, as agentes, por sua própria experiência, compartilham e exercitam suas ideias. Para a maioria das agentes, o trabalho que desempenham tem uma função social porque trata da educação/formação dos sujeitos, sabendo dos limites desta atuação em uma sociedade excludente e repressora, mas que está sempre em constante transformação e, portanto, que pode mudar.

POSSIBILIDADES EDUCATIVAS NO CONTEXTO DA PRISÃO: considerações finais.

Este estudo teve a finalidade de pensar sobre a dimensão educativa do trabalho das agentes Penitenciárias da PFMP. Refletir sobre essas questões, significou a dor e a delícia de poder me debruçar sobre os limites e possibilidades de meu próprio fazer e de minhas colegas de profissão, tentando entender o que temos ensinado e o que temos aprendido no convívio com as detentas. A dor se deve ao fato de constatar, que apesar do esforço e do empenho com que nos dedicamos ao trabalho, não há o reconhecimento devido às muitas contribuições que este pode dar ao processo ressocializador, amplamente difundido no discurso dos documentos oficiais. Ainda estamos no lugar da “não palavra” e da “não valorização” de nossa experiência junto à mulher presa na PFMP. A dor em reconhecer que os limites, sejam eles políticos, ideológicos, pessoais ou estruturais, acabam muitas vezes calando a nossa voz e nos submetendo à lógica desse sistema capitalista e patriarcal. Desse modo, aceitamos nossa condição histórica de cativas, de reclusão da humanidade e de nós mesmas (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005). Essa condição reflete-se em nossas ações, nunca neutras, que podem reproduzir, na prática, o mesmo discurso que combatemos. Porém, após as leituras, releituras, entrevistas e considerações posso destacar, também, a delícia de perceber que, embora lentamente, estamos caminhando no sentido de transgredir esse papel socialmente constituído para nós mulheres, buscando construir/inventar nossos caminhos e assumir o protagonismo de nossas vidas e isso também se reflete no educativo de nossas relações. Foi possível perceber que há um desejo de ver concretizado o que foi referido pelas entrevistadas como resultado ideal do seu trabalho e se os grandes ideais exigem determinação e esperança, podemos dizer, que misturadas às palavras de desânimo e descrença, estavam plantadas a motivação e os sonhos possíveis para dar andamento ao processo de mudanças.

Outra questão que merece destaque é a lucidez com que as agentes examinaram e refletiram sobre a realidade que as cercam na penitenciária, demonstrando compreender o contexto social de seu trabalho. E considerando que refletimos acerca da reeducação de mulheres a quem, quase tudo foi negado, inclusive as condições de uma vida digna e saudável, é preciso considerar a importância disto no seu desenvolvimento. De seres marginalizados e excluídos,

Makarenko (1986) e Freire (2007) nos instigam a percebê-las sob a ótica das possibilidades, onde possam, também, através de nosso trabalho, serem reconhecidas e respeitadas. É esse o objetivo principal das relações entre trabalho, educação e disciplina makarenkianas e freireanas: o efeito humanizador.

Disciplina para Makarenko, não é obtida a partir de um conjunto de medidas reguladoras, mas com todo sistema educativo, com a organização da vida, com a soma de todas as influências que atuam sobre o indivíduo. Não é coisa, método ou procedimento de educação, é resultado. (GHIGGI, 1992 p. 27)

É possível pensar que na PFMP, pela sua estrutura física e pelas características das detentas, a disciplina à luz de Makarenko pode representar uma possibilidade de um trabalho articulado, comprometido e com resultados mais satisfatórios, tanto para as agentes quanto para as apenadas. Compreendendo a coletividade como alvo de um grupo com objetivos comuns, organizado, com o reconhecimento das autoridades, disciplina e responsabilidades “a atividade e a plena participação de cada um é indispensável para que o coletivo tenha êxito” (GHIGGI, 1992 p. 28).

Diante disso, é possível dizer que a PFMP dispõe de uma estrutura física e funcional suficientes para o desenvolvimento de um trabalho pensado *coletivamente*. No entanto, a falta de um projeto pedagógico, a ineficiência comunicativa e a falta de articulação entre os setores produz um modo de trabalhar compartimentado e improfícuo. Para Makarenko

a educação é um todo dialético complexo feito de elementos complementares e integrado em um sistema equilibrado funcionando harmoniosamente graças ao esforço concentrado de educadores que conhecem bem as normas objetivas da formação da personalidade. (MAKARENKO In.: FILONOV, 2010 p.16).

Segundo Gadotti (1993), ser um educador na prisão implica saber lidar com as contradições, com os conflitos e com os riscos. Como nos salientou Freire (1995, p.96) “(...) a melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo a prática educativa pode alguma coisa”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BARATA E SILVA, Carlos A. Trabalho: Conceito no Direito do trabalho. In: **Compêndio do Direito do Trabalho**. 2ªed. São Paulo, LTr, 1978. p. 19-36.

BARCINSKI, Mariana. **Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n.05, p. 1843-1853, 2009.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei de Execução Penal**. Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Brasília, 1994.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1998. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução nº 5, de 19 de julho de 1999**: dispõe sobre as Diretrizes Básicas de Política Criminal e Penitenciária e dá outras providências. Brasília: Imprensa Nacional, 2000.

_____. Ministério da Justiça. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), alterado pela Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008.

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sociocultural**. Disponível em: http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1068. Acesso em: 20 set. 2012.

DEPEN. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/manual_agente_pen.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2012.

ESPINOZA, Olga. A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**, v.1, n.1, p. 35-59, 2002.

FILONOV, G. N. **Anton Makarenko**. Tradução de Ester Buffa Et. All.. Recife: Ed. Massangana, 2010.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 2ª ed. São Paulo: Cortez editora, 1995.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 33ª edição. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2008.

GADOTTI, Moacir. Educação com processo de reabilitação. In: MAIDA, J.D. (Org). **Presídios e educação**. São Paulo: FUNAP, 1993.

GHIGGI, Gomercindo. Disciplina e processo pedagógico. Considerações a partir da proposta de Anton S. Makarenko. **Cadernos de Educação**. Pelotas: FaE/UFPel. VI nº1, novembro de 1992.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

HASSEN, Maria de Nazareth. **O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão**. Porto Alegre: Tomo editorial, 1999.

HEGEL, G. **Fenomenologia do Espírito**. Paris: Aubier-Montaigne, 1975.

IRELAND, Timothy D. Anotações sobre a educação em prisões: Direito, contradições e desafios. In.: CRAIDY, Carmem Maria (org). **Educação em Prisões: Direito e desafio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. As figuras de ligação nos relatos de formação: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras. In.: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.32, n.2, p. 373-383, maio/ago. 2006.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4.ed. Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LOURENÇO, Arlindo da Silva, ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (orgs.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos, São Paulo: EduFSCar, 2011.

MAKARENKO, Anton S. **Conferências sobre educação infantil**. São Paulo: Moraes, 1981.

_____. **Poema pedagógico** (vol.II,) São Paulo: Edições Brasiliense, 1986.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. Experiências de Pesquisa: entre escolhas metodológicas e percursos individuais. **Saúde Soc**. São Paulo, v.20, n.2, p.314-324, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/05.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2012.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 5ª ed. Ijuí. Ed Unijuí, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os pensadores. (1978 [1844]).

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê. **Punição, Encarceramento e Construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: Ed IBCCRIM, 2005.

NERY, Tânia Regina Armani (Org.). **Da ética à poética do ser Servidor Penitenciário**. Porto Alegre: CORAG, 2012.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.) **Educação Escolar entre as grades**. São Carlos, São Paulo: EduFSCar, 2007.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1982.

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJS, 2010, p.95 – 132.

SANTOS, José Vicente Tavares dos Santos. et all. Configurações e obstáculos: as mulheres na segurança pública. **Revista brasileira de segurança pública**. São Paulo, v. 6, n. 2, 312-335 Ago/Set 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In.: **Revista brasileira de educação**. V. 12, nº34. jan/abril 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. Reforma da arquitetura institucional da segurança pública no Brasil. In: ALVES, Josias Fernandes e OLIVEIRA, César Luis (Orgs.). Reflexões para um novo modelo de segurança pública. **Ciência & arte policial**. Porto Alegre, 2012, vol 1.

_____. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**. 17 (47), 2003.

SUSEPE, EDITAL DE CONCURSOS N° 01/2006-. Disponível em: <http://www.pciconcursos.com.br/concurso/susepe-superintendencia-dos-servicos-penitenciarios-rs-500-vagas>. Acesso em 13 set. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: ideias gerais para a elaboração de um Projeto de Pesquisa. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis**, Porto Alegre, Faculdades Integradas Ritter dos Reis, v.4, 2001.

WOLFF, Maria Palma. (Org.) **Mulheres e Prisão: A experiência do observatório de direitos humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier**. Porto Alegre: Don Quixote, 2007.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

ANEXOS

ANEXO I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

Termo de Cessão do Uso de Informações e Cessão do Uso de Imagem

Eu _____,
RG _____, através desse instrumento, cedo o uso posterior das informações e imagens coletadas durante o desenvolvimento da pesquisa da Acadêmica Lucivânia Salete Rigo, RG 3058100318, intitulada: A dimensão educativa no trabalho das Agentes Penitenciárias do “Madre Pelletier”. Cedo as imagens e as informações, desde que sejam devidamente compartilhadas pela pesquisadora num movimento de devolução e retorno.

Para fins de preservação das identidades, solicito que seja adotado um nome fictício, quando houver referências sobre mim.

Porto Alegre, 30 de agosto de 2012.

Nome

Agente Penitenciária do Madre Pelletier

SUSEPE - RS

ANEXO II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

Termo de Cessão do Uso de Informações e Cessão do Uso de Imagem

Eu _____,
RG _____, Diretora da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, através desse instrumento, cedo o uso posterior das informações e imagens coletadas durante o desenvolvimento da pesquisa da Acadêmica Lucivânia Salete Rigo, RG 3058100318, intitulada: A dimensão educativa no trabalho das Agentes Penitenciárias do “Madre Pelletier”. Cedo as imagens e as informações, desde que sejam devidamente compartilhadas pela pesquisadora num movimento de devolução e retorno.

Autorizo também que em seu trabalho seja citado o nome da referida Penitenciária.

Porto Alegre, 30 de agosto de 2012.

Diretora da Penitenciária Feminina Madre Pelletier

SUSEPE - RS

ANEXO III



FACED - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
 CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA
 DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS
 ORIENTADORA: ALINE CUNHA
 ORIENTANDA: Lucivânia Salete Rigo

Roteiro de entrevista

Esta entrevista tem como objetivo coletar dados para o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado ***Prisão: Entre o punir e o (re)socializar, a dimensão educativa do trabalho das agentes penitenciárias na PFMP.***

A entrevista está organizada em 4 (quatro) blocos, com diferentes temas que se articulam a fim de refletir sobre a questão central deste estudo: Tendo em vista, o caráter diferenciado da Penitenciária Feminina Madre Pelletier e a possível influência desta estrutura no desenvolvimento do trabalho das agentes, como essas trabalhadoras percebem a dimensão educativa de seu fazer, neste espaço?

Nome:

Idade:

Tempo na SUSEPE:

Tempo na PFMP:

Escolaridade:

1º bloco: TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO COMO AGENTE PENITENCIÁRIA

1. COMO AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA E FORMAÇÃO CONTRIBUÍRAM E INFLUENCIARAM NA ESCOLHA DA PROFISSÃO DE AGENTE PENITENCIÁRIA?

- 1.1 Gostaria de saber um pouco sobre você, como foi tua vida até te tornar agente. O que fazias antes de tornar agente?
- 1.2 O que consideras “importante/fundamental” na tua vida?
- 1.2 O que tu imaginavas sobre presídios antes de entrar para a SUSEPE? Como os vês, hoje?
- 1.3 Lembras como te sentias no início de tua atuação como agente? O que mudou? O que permaneceu? Por quê?
- 1.4 Como o fato de te tornar agente influenciou na tua vida pessoal, fora da PFMP?
- 1.5 Como foi o curso para agente? Foi importante para a prática? Houve algo do curso que se destacou como bom ou ruim?
- 1.6 Conheces o PRONASCI? Fez algum curso da SENASP ou outro curso de formação nos últimos anos?

2º bloco: O DIFERENCIAL DO TRABALHO DESENVOLVIDO NA PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER

2. COMO A ESTRUTURA FÍSICA DE UM PRESÍDIO INFLUENCIAM NO TRABALHO DAS AGENTES, SEGUNDO A TUA OPINIÃO? E AS QUESTÕES DE GÊNERO, INTERFEREM NO MODO DE TRABALHAR DAS AGENTES?

- 2.1 Em que presídios já trabalhaste?
- 2.2 Como eram estes lugares?
- 2.3 O que vês de diferente no trabalho em prisões moduladas e nas não-moduladas?
- 2.4 Como tu descreves o trabalho de agente na PFMP?

3º bloco: A PERCEÇÃO DAS AGENTES ACERCA DE SEU TRABALHO

3. COMO AS AGENTES SE PERCEBEM ENTRE O PUNIR E O (RE)SOCIALIZAR?

- 3.1 Na tua opinião, qual tem sido o papel social dos presídios?
- 3.2 Quais são as funções prescritas para o agente penitenciário que tu conheces?
- 3.3 Como descreverias, de modo geral, as mulheres que cumprem pena no PFMP?
- 3.4 Como definirias o teu trabalho? Qual a importância que atribuis a ele? Por quê?
- 3.5 Qual é, para ti, o resultado ideal do teu trabalho?
- 3.6 O que achas importante para melhorar os resultados do teu trabalho?
- 3.7 O que seria necessário acontecer, na tua opinião, para tornar essas mulheres, presas na PFMP, se tornem aptas para viver em liberdade, sem cometer novos delitos?
- 3.8 Que contribuições teu trabalho pode ter neste sentido?

4º bloco: DISCUSSÃO DE SITUAÇÕES COTIDIANAS

4. QUE INDÍCIOS, NO DISCURSO DAS AGENTES, EVIDENCIAM A CONSCIÊNCIA (OU NÃO) DA DIMENSÃO EDUCATIVA DE SEU TRABALHO?

Aqui será apresentado à AP³⁰ entrevistada, uma caixa contendo cartões com a descrição de várias situações cotidianas de seu trabalho. A AP escolherá aleatoriamente um cartão. A conversa será sobre as seguintes questões:

- 4.1 Quais as atitudes possíveis neste caso?
- 4.2 Qual ou quais tu escolherias?
- 4.3 Porque esta e não outra atitude?
- 4.4 O que percebes que cada uma das atitudes possíveis pode ensinar à apenada?
- 4.5 Que contribuições, a tua maneira de resolver as situações, pode dar para que as presas mudem de comportamento ou ainda, que tenham comportamentos socialmente aceitos?

³⁰ Agente Penitenciária

Situações vividas no cotidiano da PFMP:

ex 1: no momento de liberar as presas para o trabalho, 5 delas não se apresentam no horário. 10 minutos depois chamam a agente e ainda tomando café, pedem para ir para o trabalho.

ex 2: no horário de visitas a agente presencia um casal fazendo sexo embaixo do cobertor num canto do pátio.

ex 3: percebe que a apenada, que normalmente é tranquila, esta irritada, agressiva com as demais presas e com a própria AP.

ex 4: uma presa que nunca aparece, se dirige a AP dizendo que precisa arrumar um trabalho porque sua cadeia ta pesada.

ex 5: a apenada aborda a AP com um trabalho artesanal produzido por ela para dar-lhe de presente.

ex 6: a Ap percebe presa fumando nos corredores, o que não é permitido. Quando vê a AP, a presa pressiona o cigarro aceso contra a parede rapidamente para apagá-lo, danificando a parede recém-pintada.

Ex 7: um grupo de presas se apresentam a AP dizendo que vão botar fogo na galeria se os ofícios que as transferem para o semiaberto não chegarem.

Ex 8: uma presa diz ter sido agredida por outra e está lesionada. A acusada pela agressão debochadamente nega, mas as outras presas secretamente confirmam o fato.

Ex 9 um casal (homossexual) entra em vias de fato por motivo desconhecido. Os ânimos estão alterados e uma ameaça suicidar-se com um estoque artesanal, após trancar-se na cela. A galeria fica exaltada, todas opinam, gritam, tumultuam.

Ex 10: é final de semana e só as APs tomam conta do presídio. Alguém grita da rua para uma presa que o conselho tutelar levou seus filhos para um abrigo. A presa fica desesperada.

Ex 11: uma presa que está trabalhando numa firma, vai para atendimento no setor jurídico. No meio do caminho, desvia o curso e entra na cozinha. A AP a surpreende furtando mantimentos.

Ex12: uma presa mal cheirosa, que usa altas doses de antidepressivos, viciada em crack esta em crise de abstinência. As colegas de cela exigem que ela seja retirada da galeria. Esta presa não é aceita em nenhuma outra galeria e não pode ficar sozinha por seu estado emocional.

Ex 13: um grupo de apenadas se apresenta a AP dizendo que deseja falar com a Direção sobre vários problemas da galeria. Esperarão por 1 hora e após, colocarão fogo na galeria. A equipe diretiva não esta na casa e a AP terá que resolver isso.

Ex 14: é hora de fazer a conferência. No entanto a galeria resolveu fazer um momento de oração que está em pleno acontecimento, cantos e orações fervorosos. Isso pode ser uma estratégia para retardar a conferência, pode ser porque alguém está apanhando no fundo da galeria. Que elementos ajudam a saber a atitude adequada a ser tomada?

Ex 15: uma presa que frequenta a escola da cadeia está se alfabetizando. Ela escreve um bilhete para um setor da PFMP e entrega a AP com sérias recomendações. A AP abre o bilhete e percebe que não é possível compreender o que está escrito.

Ex 16; uma apenada pede papel higiênico e absorvente. A AP lhe fornece. Minutos depois, a AP observa que a mesma presa faz o mesmo pedido e recebe o material de outra AP. O estoque da material é limitado.

Ex 17: A comida servida na PFMP é a mesma para todas as apenadas. Mas, uma presa não gostou do cardápio do dia, pegou seu prato servido e lançou ao chão no corredor da galeria, proferindo palavras de baixo calão às agentes, a SUSEPE, as cozinheiras, dizendo que a comida estava um lixo...